

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO MEIO  
AMBIENTE**

**KARLA RABELO DE OLIVEIRA PORTUGAL**

**ACESSIBILIDADE DO DISCENTE CADEIRANTE:  
PROPOSTA DE ACOLHIMENTO EM AMBIENTE  
ESCOLAR**

**VOLTA REDONDA  
2022**

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO MEIO  
AMBIENTE**

**ACESSIBILIDADE DO DISCENTE CADEIRANTE:  
PROPOSTA DE ACOLHIMENTO EM AMBIENTE  
ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Saúde e do Meio Ambiente do UniFOA como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Aluna:

Karla Rabelo de Oliveira Portugal

Orientador:

Prof. Dr. Adilson Pereira

**VOLTA REDONDA**

**2022**

### **FICHA CATALOGRÁFICA**

Bibliotecária: Alice Tacão Wagner - CRB 7/RJ 4316

P853a Portugal, Karla Rabelo de Oliveira.

Acessibilidade do discente cadeirante: proposta de acolhimento em ambiente escolar. / Karla Rabelo de Oliveira Portugal. - Volta Redonda: UniFOA, 2022. 75 p.

Orientador (a): Prof. Adilson Pereira

Dissertação (Mestrado) – UniFOA / Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente, 2022.

1. Ciências da saúde - dissertação. 2. Pessoas com deficiência. 3. Acessibilidade escolar. 4. Cadeirante. I. Pereira, Adilson. II. Centro Universitário de Volta Redonda. III. Título.

CDD – 610

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluna: **KARLA RABELO DE OLIVEIRA PORTUGAL**

### **ACESSIBILIDADE DO DISCENTE CADEIRANTE: PROPOSTA DE ACOLHIMENTO EM AMBIENTE ESCOLAR**

Orientador:

Prof. Dr. Adilson Pereira

Coorientadora:

Banca Examinadora



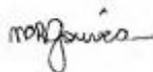
---

Prof. Dr. Adilson Pereira



---

Profª. Drª. Abigail Ribeiro Gomes



---

Profª. Drª. Maria Aparecida Rocha Gouvêa

Dedico este trabalho ao meu esposo Alan e à minha filha Laís, por sempre me incentivarem aos estudos e compreenderem minha ausência. E às pessoas que estiveram ao meu lado, me encorajando nos momentos difíceis e me aplaudindo nos momentos de vitória.

Agradeço a Deus, por ter me dado força e condições de realizar o Mestrado. Agradeço ao Professor Dr. Adilson Pereira, pelo apoio, orientação, confiança e, sobretudo, pela dedicação na elaboração deste trabalho.

Um agradecimento especial a Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ilda Cecília Moreira da Silva, pelo exemplo de sabedoria e força que sempre me transmite e incentivo desde meu ingresso no Mestrado.

Agradeço também ao corpo docente do Mestrado de Ensino em Saúde e Meio Ambiente do Centro Universitário de Volta Redonda, que contribuiu para a minha formação.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”

Paulo Freire

## RESUMO

O presente trabalho tem por situação-problema a necessidade de preparação do ambiente escolar para o acolhimento de alunos com mobilidade reduzida, delimitando-se, como objeto de pesquisa, o acolhimento do discente cadeirante. Tem como objetivo possibilitar, aos orientadores educacionais e/ou responsáveis pedagógicos de escolas, capacitar docentes em relação ao acolhimento desses alunos. Adotou-se, como metodologia, para se verificar o estado dessa questão, a pesquisa bibliográfica, mediante Revisão Integrativa, baseando-se no levantamento de artigos científicos, disponibilizados em plataformas de pesquisa, verificando-se a existência de lacunas referentes a materiais didático-pedagógicos para capacitar docentes que trabalham com esse segmento de discentes com deficiência relativa à mobilidade, o que nos motivou a elaborar o produto de ensino na forma de Guia de Orientação com essa finalidade. A segunda fase da pesquisa, caracterizada como levantamento de campo, implementou entrevista com responsáveis pela gestão, área pedagógica e educação especial de uma Instituição de Ensino Médio, com a finalidade de avaliar o produto de ensino. Como resultado da pesquisa, foi possível afirmar que, transpostas as barreiras da acessibilidade arquitetônica, os problemas verificados emergem da acessibilidade atitudinal, que ainda significa um desafio para a consolidação de uma cultura inclusiva nos espaços escolares.

**Palavras-chave:** Pessoas com Deficiência; Acessibilidade Escolar; Cadeirante.

## **ABSTRACT**

The present work has as a problem-situation the need to prepare the school environment for the reception of students with reduced mobility, delimiting as the object of our research the reception of the wheelchair student. Its objective is to enable educational advisors and/or pedagogical directors of schools, to train teachers in relation to the reception of these students. Bibliographic research was adopted as a methodology to verify the state of this question, through an Integrative Review, based on the survey of scientific articles, available on research platforms, verifying the existence of gaps regarding didactic-pedagogical materials to enable teachers who work with this segment of vulnerable students, which motivated us to develop a teaching product in the form of a Guidance Guide for this purpose. The second phase of the research, characterized as a field survey, carried out an interview with those responsible for the management, pedagogical area and special education of a High School Institution, in order to evaluate the teaching product. As a result of the research, it was possible to affirm that, once the barriers of architectural accessibility have been overcome, the problems found emerge from attitudinal accessibility, which still means a challenge for the consolidation of an inclusive culture in school spaces.

**Keywords:** People with Disabilities; School Accessibility; Wheelchair user.

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2.SUPORTE TEÓRICO .....</b>	<b>12</b>
2.1 A ACESSIBILIDADE E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA .....	13
2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONSIDERAÇÕES ESSENCIAIS .....	16
2.3 A PESSOA COM MOBILIDADE REDUZIDA: REFLETINDO O PROBLEMA DOS CADEIRANTES .....	18
<b>3.REVISÃO INTEGRATIVA .....</b>	<b>23</b>
<b>4.GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA BOAS PRÁTICAS COMO FERRAMENTA DE CAPACITAÇÃO DOCENTE.....</b>	<b>33</b>
4.1 DETALHAMENTO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PRODUTO DE ENSINO.....	33
4.2 AVALIAÇÃO DO PRODUTO DE ENSINO.....	34
<b>5.CAMINHO METODOLÓGICO .....</b>	<b>35</b>
5.1 ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA NA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO .....	35
<b>6.APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS.....</b>	<b>36</b>
6.1 RECORTE DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....	36
6.2.1 ROTEIRO DE ENTREVISTA E RESULTADOS.....	47
<b>7.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>55</b>
<b>ANEXO A - PARECER COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA COEPS .....</b>	<b>65</b>
<b>ANEXO B - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO .....</b>	<b>69</b>
<b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO(TCLE)71</b>	<b>71</b>
<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA – ENSINO MÉDIO.....</b>	<b>74</b>
<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA – ENSINO SUPERIOR.....</b>	<b>75</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Acessibilidade é um tema polêmico e vem despertando diversos pontos de vista por se tratar da mobilidade dos cidadãos, sendo uma forma de inclusão social, de acordo com o Ministério da Educação Brasileira (2007). Causa impacto social, tendo em vista o direito de o ser humano poder ir e vir, assegurado pelo Artigo 5º, inciso XV da Constituição Federal de 1988, que nos diz: “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”.

O termo acessibilidade significa garantir espaços que apresentem condições de acesso a todas as pessoas, independentemente de suas habilidades individuais. O acesso aos lugares públicos é um direito de qualquer cidadão. Todos têm direito de viver livremente como consta no artigo 5º da Constituição Federal (1988): “a acessibilidade é vista como um meio de possibilitar a participação das pessoas nas atividades cotidianas que ocorrem no espaço construído, com segurança, autonomia e conforto” (MORAES, 2007, p.29).

A acessibilidade não se refere apenas aos espaços físicos, pois também diz respeito aos aspectos sociais. A acessibilidade longitudinal, em especial, refere-se à atitude que se impulsiona na remoção de barreiras. Assim, deve ser considerada como um processo dinâmico, pois acompanha o desenvolvimento tecnológico e ético-social, modificando-se conforme as necessidades exigidas pela época e pela humanidade (TORRES, *et al.*, 2002).

Seguindo esse raciocínio, vale destacar que a inclusão social dos deficientes é de extrema importância, pois não basta a escola implementar melhorias arquitetônicas, é necessário que haja mudanças de cultura, incluindo o humano como elemento essencial (PAVÃO, 2015).

O dia a dia das Pessoas com Deficiência (PcD) é complexo, considerando suas limitações e a falta de preparo da sociedade para incluí-las. Assim sendo, ocorre a exclusão social de várias atividades. Cita-se, como exemplo: se divertir, estudar, ir ao trabalho, dentre outras, que são tarefas simples e rotineiras, mas se tornam um desafio a ser enfrentado. Como bem destaca Silva (2008), a falta de tolerância com as pessoas que têm algum tipo de deficiência, no decorrer da história, fez com que as minorias fossem sempre tratadas de forma relativamente agressiva e confusa, rotulando, segregando, discriminando e excluindo os que se afastavam do padrão.

Em relação ao aluno com deficiência, muitos docentes e gestores o consideram como doente, incapaz, visto sempre em condições de desvantagem “ocupando, no imaginário coletivo, a posição de alvos de caridade, e não de sujeitos de direitos sociais, entre os quais se incluem o direito à educação” (BRASIL, 2006, p.307).

Existe uma rejeição em relação a esse grupo que é crescente e passa a ter dimensões midiáticas e políticas no Brasil, no entendimento de que criança que apresente alguma anomalia não nasça. Diante dessa situação, foram realizados debates sobre a eugenia<sup>1</sup> ou a concepção de uma sociedade perfeita e, conseqüentemente, sem deficientes. É relevante destacar o mascaramento que existe em relação à real inclusão do deficiente, que, para Dorziat (2004), na realidade trata-se de uma situação de “inclusão excludente” na escola. Vale destacar que a escola possui adaptações, mobiliários adequados e pedagógicos, porém a inclusão não acontece de forma efetiva.

Aranha (2001) corrobora com a ideia e afirma que a sociedade deve oferecer os serviços nas áreas física, psicológica, educacional, social e profissional, as quais são necessárias para os alunos com deficiência. Todos esses serviços devem estar disponíveis a essa população, independente do grau de deficiência.

A inclusão deles na escola deve ser vista como um projeto coletivo, de enfrentamento e afrontamento, de forma a “afrontar o desafio de uma escola inclusiva, que implica em mudanças em suas práticas pedagógicas” (ROMAGNOLLI; ROSS, 2008, p.10). Nesse entendimento, além das práticas pedagógicas, vale lembrar dos alunos cadeirantes, que, para se locomoverem, precisam de um espaço edificado que atenda as suas necessidades, tendo em vista suas peculiaridades.

Para Rodrigues (2006), o aluno cadeirante geralmente é inserido na escola, em sala regular, entretanto, apesar disso, observa-se que não há uma inclusão efetiva, tendo em vista a ausência de uma estrutura adequada para atender às suas necessidades com qualidade. Além disso, os professores não estão sendo preparados para atuarem junto a esses discentes. Sentem-se inseguros para trabalharem com eles, devido à ausência de capacitação profissional relacionada à área educacional inclusiva.

Diante do exposto, a justificativa deste estudo tem por base a necessidade de preparação do ambiente escolar e do docente para o acolhimento de alunos com mobilidade reduzida, delimitando-se, como o sujeito da pesquisa, o discente cadeirante.

---

<sup>1</sup> Ver a polêmica em web: <https://www.terra.com.br/noticias/abortar-nao-e-discriminar-deficientes-diz-medico,eedeb022c525301c907453af7f585a59scsyrvjv.html> Acesso em: 11 jan. 2021.

Vale lembrar que os materiais didático-pedagógicos são essenciais para a formação dos docentes. Nesse caso, a pergunta norteadora deste trabalho é “como os docentes podem atuar, de forma adequada, promovendo acolhimento de discentes cadeirantes?”

A pesquisa, realizada por meio de Revisão Integrativa, possibilitou descobrir a existência de uma lacuna, que é a falta de formação dos docentes para lidar com o aluno cadeirante. Pode parecer uma especificidade, mas os problemas que esse segmento de Pessoas com Deficiência (PcD) enfrentam no cotidiano social, devem ser amenizados nos ambientes dos espaços formais de Educação.

Assim, a partir das inferências provenientes da Revisão Integrativa, emergiu a inspiração para a elaboração de um produto de ensino no formato de ferramenta didático-pedagógica, a qual foi avaliada. junto a profissionais da área pedagógica de uma escola de Ensino Médio.

Acreditamos que essa ferramenta pode contribuir para aprimorar conhecimentos e desenvolver habilidades dos profissionais que atuam com discentes cadeirantes, no intuito de promoverem melhor acolhimento, de forma a atender aos anseios dos discentes deficientes cadeirantes e de seus familiares.

O relacionamento não é com qualquer aspecto da estrutura cognitiva, e sim com conhecimentos especificamente relevantes, os quais Ausubel (1963) denomina subsunçores. Nesse sentido, pode-se afirmar que a aprendizagem significativa é o mecanismo humano por excelência, o qual leva o indivíduo a adquirir e armazenar ampla quantidade de ideias e informações representadas em qualquer campo de conhecimento.

Na perspectiva ausubeliana, o conhecimento prévio, a estrutura cognitiva do aprendiz é a variável essencial para a aprendizagem significativa. No momento em que o material de aprendizagem é relacionável à estrutura cognitiva de maneira arbitrária e literal, não resultando na aquisição de significados para o sujeito, trata-se de uma aprendizagem denominada mecânica. Sendo assim, a principal diferença entre aprendizagem significativa e aprendizagem mecânica é pautada na estrutura cognitiva (AUSUBEL, 1982).

O presente trabalho tem como objetivo geral, subsidiar a reflexão acerca da necessidade do acolhimento de discentes cadeirantes, mediante ferramenta de ensino elaborada para essa finalidade.

No intuito de se atingir o referido objetivo, a presente pesquisa elencou como objetivos específicos:

- a) Identificar o *status* da questão relativo a materiais didático-pedagógicos disponibilizados no meio acadêmico para a capacitação de docentes junto ao discente reconhecido como PCD, em especial, o discente cadeirante;
- b) Analisar as bases da aprendizagem significativa como auxílio para a elaboração de ferramenta didático-pedagógica, com vistas à capacitação de docentes para o acolhimento do discente cadeirante;
- c) Identificar potencialidades e fragilidades do material didático-pedagógico elaborado para o acolhimento do aluno cadeirante, tendo por base a avaliação de amostra de profissionais que atuam no contexto do acolhimento escolar.

Assim, almejamos que o material didático-pedagógico desenvolvido seja utilizado por orientadores educacionais e/ou responsáveis pedagógicos das escolas para auxiliar, de modo especial, docentes que trabalham com discentes cadeirantes, visando à capacitação docente para que se sintam seguros ao lidarem com tais situações, o que contribuirá para a inclusão desses alunos nas escolas.

Na sequência, o trabalho apresenta o suporte teórico que aborda sobre a importância das teorias, das garantias legais das Pessoas com Deficiência (PcD) e da necessidade da inclusão, particularmente do cadeirante. Nessa perspectiva, acreditamos que o problema que levantamos é desafiador, face a uma sociedade que tem dificuldades em lidar com a acessibilidade das pessoas como mobilidade reduzida.

## 2. SUPORTE TEÓRICO

Apresenta-se, como suporte referencial para embasar a pesquisa, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é regulamentado pela Lei nº 13.146/2015, que institui a legislação brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Tem por objetivo assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Outra fonte de embasamento teórico é o Censo Escolar, principal instrumento de coleta de informações da educação básica e o mais importante levantamento estatístico educacional brasileiro na área. É coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e realizado em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país.

Segundo o Censo Escolar 2019, foram registradas 47,9 milhões de matrículas nas 180,6 mil escolas de educação básica no Brasil, cerca de 580 mil matrículas a menos em comparação com 2018, o que corresponde a uma redução de 1,2% no total (Gráfico 1).

Gráfico 1 Total de matrículas na educação básica segundo a rede de ensino – Brasil – 2015-2019



Fonte: Censo da educação básica 2019 Notas estatísticas-INEP-Ministério da Educação Brasília-DF Inep/MEC 2020.

Ainda segundo o Censo Escolar 2019, as matrículas dos alunos, em geral, nas escolas de Ensino Médio, aumentaram 1,3 pontos percentuais de 2018 para 2019. O número de estudantes que passam, pelo menos, sete horas diárias em atividades escolares, cresceu consistentemente nos últimos anos e, em 2019, chegou a 10,8% do total de matrículas do Ensino Médio. A maioria

desses alunos está na rede pública, na qual o tempo integral chega a representar 11,7% das matrículas. Em 2018, essa participação era de 9,5%.

Partindo-se dessa informação, com um aumento considerado de alunos matriculados do ano de 2018 para 2019, segundo o Censo Escolar, a relação do aluno que apresenta algum tipo de deficiência, particularmente aqueles que possuem mobilidade reduzida, que necessitam de cadeira de rodas para sua locomoção, torna-se fundamental que os profissionais da educação necessitem saber acolher esse aluno, desde o ingresso na escola com atitudes em relação à percepção sem preconceitos, estereótipos e discriminações.

## 2.1 A ACESSIBILIDADE E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Segundo Morin (2007) a acessibilidade está relacionada à mobilidade dos cidadãos, o que causa impacto na sociedade, emergindo uma complexibilidade de ideias. É um tema discutido com frequência nos meios sociais e nos debates acadêmicos, porém a maioria das abordagens se detém em discutir a falta de acessibilidade física em locais públicos, sem considerar os aspectos referentes à acessibilidade atitudinal. É a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras na percepção do outro, sem preconceito para que o processo inclusivo aconteça. Assim, deve ser considerada como um processo dinâmico, pois ela acompanha o desenvolvimento tecnológico e ético social, modificando-se às necessidades exigidas pela época e pela humanidade (TORRES *et al.*, 2002).

Pode-se citar, como uma das complexidades, a prioridade de reconstruir o pensamento e a educação, atingindo a formação dos professores de maneira que possam ser capazes de ministrar uma educação democrática (FREIRE, 2006).

A falta de acessibilidade e ausência de recursos contribuem para que uma pessoa tenha dificuldades de se locomover. Tais dificuldades levam à privação da liberdade e de equidade nas relações sociais, portanto é fundamental demonstrar a importância da inclusão social (MAZZOTTA, 2005).

As deficiências podem ser classificadas como definitivas ou temporárias. Trata-se do comprometimento da mobilidade, coordenação motora geral ou da fala, podendo ser por diversas causas, tais como: neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, má formação congênita ou adquirida. Independente do problema que o indivíduo possua, deve ser valorizado para que tenha a oportunidade de crescer e desenvolver

habilidades, porém o aluno com deficiência se depara com limitações, tendo em vista os obstáculos arquitetônicos que encontram nas escolas, que, devido à falta de condições de acesso, pode levá-lo à evasão escolar (COSTA; OLIVEIRA, 2006).

De modo geral, a vida de um aluno com deficiência, na infância já é marcada por exclusões, hostilidades, inclusive pela negação dos pais e, na fase adulta, muitas vezes, falta apoio da família, fazendo com que a pessoa com deficiência dependa de favores de terceiros, levando-os a sofrimentos (NASCIMENTO; NASCIMENTO; MOURA, 2011).

Mais de um bilhão de pessoas no mundo, em torno de 15% da população mundial possuem algum tipo de deficiência. Destaca-se, nesse montante, que, em torno de 1% da população total ou 10% da população deficiente, necessita de cadeiras derodadas, isto é, cerca de 65 milhões de pessoas em todo o mundo (WORLD, 2010, 2018).

A rotina diária de um cadeirante é muito desafiadora, principalmente para os jovens que buscam uma vida autônoma que, às vezes, é necessário viver e estudar fora de casa. Vale destacar que o simples fato de chegar à escola e entrar em uma sala de aula, pode ser um grande desafio, devido às acomodações não serem adaptadas (JEFFS, 2009).

Os discentes cadeirantes necessitam de professores e de assistentes educacionais que compreendam as necessidades físicas e emocionais de um aluno cadeirante. Sempre que possível, é relevante a interação da família do aluno com o docente (HORN; KANG, 2012).

Em referência à educação inclusiva, de acordo com Ainscow, Porter e Wang, (1997), as Instituições de Ensino devem se reestruturar para que possam atender a todos os discentes e tornar mais ampla as possibilidades de acesso ao ensino, assim como a participação social. Os autores destacam a importância de ações conjuntas dos gestores e dos docentes no sentido de organização, programação cultural e estrutural da instituição. Nessa perspectiva, tanto a instituição quanto os docentes devem modificar seus planos e atividades.

Os discentes que usam cadeiras de rodas não permanecem sentados na cadeira o tempo todo. Eles podem ser transferidos da cadeira para o chão, para o banheiro, ou outro equipamento. Assim, é possível prevenir a fadiga, o desconforto e ferimentos. É necessário mudar de posição por razões físicas e para que o aluno participe das atividades em sala de aula (GIANGRECO, *et al.*, 2002).

Os alunos cadeirantes possuem direitos e deveres, assim como qualquer outro, portanto, as escolas devem ser acessíveis para todos e assegurar oportunidades iguais. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) de 1996, esses alunos devem ser inseridos em escola regular e caso haja necessidade, terão acompanhamento especial. Considerando a capacidade cognitiva do aluno cadeirante, ele deve ser inserido em escola regular e não em uma escola especial (BRASIL, 1996).

De acordo com o artigo 59 da LDB (1996):

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Observa-se, portanto, que a LDB reitera a Constituição de 1988, quando afirma que a educação é fundamental para exercer a cidadania, em uma sociedade que se propõe ser inclusiva. A LDB garante a educação como direito universal, independentemente das características das pessoas e grupos culturais (MINTO, 2002).

## 2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONSIDERAÇÕES ESSENCIAIS

A inclusão educacional é uma realidade presente em todo o território nacional, de modo que práticas, leis, diretrizes e reformas curriculares têm sido alvo de atenção para respaldar o ambiente escolar e o corpo docente para o recebimento de alunos, público-alvo da educação especial de maneira adequada. O processo de inclusão surge como um procedimento que exige adequação mútua, envolve esforços de todas as partes, visa promover e implementar os ajustes necessários, para que se possibilite o livre acesso e a convivência de todos em espaços comuns (MATURANA, 2015).

Rubio (2005), afirma que a educação inclusiva integra um novo paradigma, pois considera que a diferença faz parte da relação entre os seres humanos. Essa diversidade tem sido vista como algo natural, pois aceitar e respeitar as diferenças é o caminho para uma sociedade mais justa.

Omote (2008), especialista em Psicologia Social, destaca experiências relevantes sobre o tema. O autor atua principalmente nos temas de educação especial, inclusão, família de pessoas que possuam algum tipo de deficiência, percepção social, formação de professores e produção de conhecimento.

A aplicação dos princípios da inclusão na Educação exige uma grande revisão nas práticas pedagógicas tradicionais. Há objetivos a serem cumpridos por todos os alunos e, considerando uma ampla diversidade de características e necessidades dos alunos, a escola precisa envidar um enorme esforço para rever suas velhas crenças, dogmas e práticas; precisa realizar também mudanças de diferentes ordens, para atender com competência todo o alunado com ampla variação em suas experiências pré-escolares e necessidades educacionais especiais e outras necessidades extraclasse (OMOTE, 2008, p. 24).

Nesse entendimento a inclusão na Educação "exige uma grande revisão nas práticas pedagógicas tradicionais". Para isso, é necessário que a escola reveja dogmas, crenças e velhas práticas, realizando mudanças das mais diferentes ordens. Tal consideração é relevante no estudo das deficiências e da inclusão, uma vez que a concepção que se tem na escola ou na família sobre uma característica ou deficiência vai determinar a maneira como ela será tratada, influenciando pesquisas e práticas de intervenção. Sendo assim, torna-se primordial uma compreensão que considere a importância do meio como criador de um desvio, sendo que este não pode ser explicado pelos fatores orgânicos ou apenas pelos fatores sociais, pois "eles são criados pela sociedade" (OMOTE, 2008).

Segundo Perrenoud (2007),

Uma pedagogia, em um determinado grupo social, constrói-se no presente. Toma corpo no momento participativo, na ação que se consolida. Obviamente, alimenta-se das vivências experimentadas por sua gente, frutos da herança cultural desse mesmo povo. E, quando fortalecida, já podendo vislumbrar horizontes, projeta-se no futuro, decidindo caminhos para as novas gerações (PERRENOUD, 2007 p.56).

O autor propõe reflexões sobre a formação na área da educação, considerando o cenário nacional de reformas educacionais previstas na LDB 9394/96, que visa à formação de professores. Para ele, a formação docente deve sair do formato considerado obsoleto para os novos tempos, para que possam atender às necessidades do trabalho didático-pedagógico, o que demanda envolvimento, desenvolvimento pessoal e profissional docente.

Muitos docentes não se sentem motivados, pois, às vezes, discordam da maneira pela qual são obrigados a atuar. Assim, não acreditam e não concordam com a forma como trabalham, o que reflete na qualidade do ensino e na prática pedagógica. Cabe ressaltar que a compreensão da educação inclusiva ainda é insuficiente no meio escolar quanto à prática pedagógica. Dessa forma, não há como exigir motivação por parte do professor, já que ele também é vítima da falta de estrutura física, material adequado e formação específica para lidar com aluno deficiente (BARRETO; SOUSA, 2004).

Além das leis, resoluções, decretos ou normas, para que haja inclusão, o aluno com deficiência quando inserido em uma escola regular deve encontrar docentes preparados para que tenha suporte especializado, de forma que se sinta amparado e seguro (MAZZARO, 2008).

Segundo Mantoan (2003, p. 81), ensinar na perspectiva inclusiva, significa *re-significar* o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis.

Após muitas reivindicações, atualmente, existem leis, decretos, resoluções, dentre outros, que garantem o acesso e permanência dos alunos com deficiência no sistema de ensino. De acordo com o Capítulo III, artigo 208, inciso III, da Constituição Federal de 1988, o atendimento educacional especializado a alunos com deficiência deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino.

Apesar da previsão constitucional e demais leis em vigor, o aluno com deficiência ainda se depara com inúmeras barreiras que o impede de se incluir em uma escola regular devido à falta de condições de trabalho e à falta de preparação dos docentes para lidar com essas situações. De acordo com a Lei n. 8069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, o estabelecimento de ensino deve garantir uma educação especializada e de qualidade a todos os alunos que possuem mobilidade reduzida. Além disso, a Lei n. 10.098/2000, promove a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, logo é fundamental a formação especializada dos docentes que trabalham com discentes inclusos, pois esse discente tem o direito de acesso a todos os lugares para que possa desenvolver o físico e social, porém, na prática percebe-se que esses direitos são minimamente efetivados (SLOBOJA, 2014).

Para Aguiar e Duarte (2006), é fundamental a formação dos docentes para que ocorra a inclusão educacional. Uma escola inclusiva deve oferecer cursos de atualização para capacitar os docentes, levar em consideração o número de alunos em sala de aula, fazer melhorias arquitetônicas, oferecer recursos didáticos, dentre outros.

Deve-se considerar, ainda, a opinião dos gestores e docentes que viabilizam os subsídios significativos para compreender o desenvolvimento de projetos desse tipo, tendo em vista as funções que ocupam na estrutura e no funcionamento do sistema educacional (SANT'ANA, 2005).

### 2.3 A PESSOA COM MOBILIDADE REDUZIDA: REFLETINDO O PROBLEMA DOS CADEIRANTES

Face ao exposto, vale destacar que, durante muito tempo, no Brasil, a Pessoa com Deficiência (PcD) era considerada incapaz. Com as mudanças sociais que ocorreram, os alunos deficientes passaram a ser vistos de forma diferente, seus direitos foram reconhecidos, se tornaram sujeitos de direito e considerados capazes de tomar suas decisões, conforme a Lei n. 13.146 de 2015, instituída como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Essa Lei Federal, conhecida também como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), amplia segmentos a atenderem as normas de acessibilidade, cria mecanismos, financiamento e estabelece direitos às pessoas com deficiência. De acordo com o artigo 2º da referida lei,

Artigo 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais a respeito da acessibilidade das pessoas com deficiência ou que tenham mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios, nos meios de transportes e de comunicação.

Vale destacar que as leis 10.048 e 10.098 foram regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e ambas estabelecem normas gerais e critérios básicos para promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005, dá nova redação ao art. 53 do Decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004:

Art. 53. Os procedimentos a serem observados para implementação do plano de medidas técnicas previstas no art. 19 da Lei n. 10.098, de 2000, serão regulamentados, em norma complementar, pelo Ministério das Comunicações (BRASIL, 2005).

O cadeirante, segundo Tagliari *et al.* (2006), enfrenta barreiras físicas que são degraus; sistêmicas, que é a ausência de serviços assistidos pelos estabelecimentos de ensino; atitudinais, que são os preconceitos.

A Norma Brasileira - NBR 9050 (ABNT 2004 *apud* Finger, 2007, p.70) conceitua “acessibilidade” e “acessível”, “adaptado”, “adaptável” e “adequado”. Segundo a Norma, “adaptável” relaciona-se a “espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento, cujas características possam ser alteradas, para que se torne acessível”; “adaptado” é o “espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento, cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis” e “adequado” é definido como “espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram originalmente planejadas para serem acessíveis”.

A NBR 9050 é uma norma criada em 2004, faz pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e foi elaborada no Comitê Brasileiro de Acessibilidade, com o propósito de estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados em

relação ao projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.

Para se fazer adaptações em direção no desenho universal nas escolas públicas, primeiramente deve-se diagnosticar as condições de acessibilidade nas edificações dessas escolas. Os principais problemas principais das Instituições de Ensino estão relacionados ao acesso, circulação e à ausência de adaptações aos sanitários. Os obstáculos arquitetônicos interferem de forma direta na qualidade de vida dos deficientes físicos, principalmente as escadas (QUARESMA, 2002; FINGER, 2007).

Wilson (1971) evidencia que, dentre as modificações nos recursos físicos das edificações escolares para atender ao deficiente físico cadeirante, deve-se atentar para: colocação de pequenos degraus inclinados ou rampas; colocação de corrimãos próximos a bebedouros, assentos dos banheiros e à lousa; remoção de carteiras, de forma a possibilitar a passagem de cadeira de rodas, ou facilitar a locomoção de estudantes com muletas; modificação no mobiliário, de forma a promover maior conforto a estudantes que usam tipoia, órteses e próteses; tapetes antiderrapantes, nas áreas escorregadias; colocação de portas largas; proteção ou cantos arredondados no mobiliário.

Existem muitas leis previstas para atender às necessidades do aluno com deficiência, tanto em relação à acessibilidade quanto à inclusão. Carvalho (2007), afirma que apesar de haver reconhecimento sobre as necessidades das pessoas com deficiência em leis, normas e/ou outros documentos, na maioria das vezes, isso não se concretiza, tendo em vista a ausência de ações efetivas.

Em referência à dimensão atitudinal, na área do lazer, ainda existe preconceito por parte da sociedade. Em contrapartida, no campo do trabalho, a existência de programas e práticas que sensibilizam e conscientizam os trabalhadores, de modo geral, em relação à convivência na diversidade humana nos locais de trabalho, levam à eliminação de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações (SASSAKI, 2009).

O mesmo autor afirma ainda que na área da educação, as atividades de sensibilização e conscientização, que são promovidas dentro e fora da escola, têm a finalidade de acabar com preconceitos e motivar a convivência com discentes com deficiência. Assim, é possível evitar comportamentos discriminatórios, haja vista que um ambiente escolar que não seja preconceituoso melhora a autoestima desses

discentes, contribui com a aprendizagem e faz com que sejam alegres e motivados. Para tanto, os docentes devem ser capacitados em atitudes inclusivas.

De acordo com o artigo 12 da Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001 que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

Art. 12. Os sistemas de ensino, nos termos da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001, devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários (BRASIL, 2001).

Quanto à dimensão arquitetônica no lazer, o acesso deve ser fácil nos aeroportos, terminais rodoviários, espaços urbanos, hotéis e similares, museus, teatros, transportes coletivos, dentre outros. Na área do trabalho, deve ser fácil aos espaços físicos, na entrada, nas salas e oficinas de trabalho, sanitários adequados, meios de transporte acessível utilizados pelas empresas (SASSAKI, 2009).

No campo da educação, as guias devem ser rebaixadas na calçada defronte à entrada da escola, caminhos em superfície acessível por todo o espaço físico dentro da escola, portas largas em todas as salas e demais recintos, sanitários largos, torneiras acessíveis, boa iluminação, boa ventilação, correta localização de mobílias e equipamentos etc. Os corredores devem ser amplos com indicações de alto contraste, elevadores, rampas no trajeto para o recinto da biblioteca e áreas de circulação dentro dos espaços internos desse recinto, como também entre as prateleiras e estantes, as mesas e cadeiras e os equipamentos (SASSAKI, 2009).

Os sistemas de ensino, de acordo com a lei nº 10.098/2000, Lei da Acessibilidade e da Lei nº 10.172/2001, que trata do Plano Nacional de Educação, devem garantir a acessibilidade aos discentes com deficiência, eliminando barreiras arquitetônicas urbanísticas.

De acordo com o § 1º do artigo 12 e artigo 24 da Resolução n. 2, de 11 de fevereiro de 2001, citada anteriormente:

Art. 12, § 1º: Para atender aos padrões mínimos estabelecidos com respeito à acessibilidade, deve ser realizada a adaptação das escolas existentes, acessibilidade arquitetônica, e condicionada a autorização de construção e funcionamento de novas escolas ao preenchimento dos requisitos de infraestrutura definidos” (BRASIL, 2001).

O artigo 24 do Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.

Art. 24: Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos, acessibilidade

arquitetônica, para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004).

Nesse contexto, este estudo aborda questões sobre acessibilidade e inclusão de discentes com deficiência nos estabelecimentos de ensino, portanto é necessário voltar o olhar com equidade para eles, para que tenham acesso livre em todos os locais, principalmente o discente cadeirante, foco deste trabalho.

Para tanto, de acordo com os artigos analisados, foi possível observar que algumas Instituições já oferecem possibilidades para que aluno com deficiência se locomova em seu interior, porém ainda está aquém para atendê-los de maneira plena, tendo em vista que muitos docentes ainda não estão preparados para lidar com determinadas situações.

Nessa perspectiva, visando preencher essa lacuna, apresenta-se, neste estudo, uma ferramenta didático-pedagógica, visando proporcionar possibilidade de capacitar os docentes para o acolhimento do aluno cadeirante.

### 3. REVISÃO INTEGRATIVA

Nessa etapa, intitulada “Revisão Integrativa”, apresenta-se o processo específico de seleção e de compilação dos estudos levantados neste trabalho. Para realizar essa etapa da pesquisa, utilizou-se um estudo qualitativo de Revisão Integrativa, em que a busca de artigos se deu na base de dados do **Google Acadêmico**. Trata-se de plataforma de pesquisa lançada pelo **Google**, que oferece enorme acervo de publicações de conteúdo científico, como artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros, dentre outros.

A escolha pelo *Google Acadêmico* se deu por ser uma das plataformas mais utilizadas pelos docentes e discentes nas escolas. Como o objetivo de nossa investigação é averiguar a existência de ferramentas que auxiliem os docentes no acolhimento de discentes cadeirantes, partimos do pressuposto de que a busca por tal ferramenta se dá de modo imediato no *Google* e que a referida plataforma pode nos indicar o que estaria disponível para os docentes em termos de ferramentas de acolhimento a discentes face à inclusão de PcD nos espaços formais de educação.

Outro fator é que o *Google Acadêmico* é considerado a maior fonte de arquivos científicos, segundo Michael Gusenbauer, pesquisador da Áustria, que estimou em 2019, a existência de 390 milhões de registros disponibilizados no repositório.

Como critério de seleção/inclusão de artigos foram considerados: aspecto temporal de publicações dos últimos 3 anos, artigos escritos em português e que tivessem pertinência ao tema da pesquisa, excluindo-se os repetidos e que não se conformavam aos critérios de inclusão.

A pesquisa foi realizada, inicialmente, em um estrato temporal com o volume de publicações no período de 10 anos. Estratificou-se mais ainda, filtrando-se os últimos 6 anos; depois, os últimos 5 anos; depois ainda, os 4 últimos anos e, por fim, a busca chegou à estratificação de artigos dos últimos 3 anos.

Iniciou-se a busca pelos descritores: Pessoa com Deficiência AND Acessibilidade Escolar e Cadeirante AND Acessibilidade Escolar, durante o período compreendido entre 2010 a 2020, tendo sido encontrados 4870 artigos que abordassem os referidos temas. Em seguida, utilizou-se os mesmos descritores no período de 2014 a 2020, e 3.900 artigos foram encontrados.

Buscou-se, ainda, de forma mais abrangente nos últimos 5 anos, no período de 2015 a 2020, sobre os mesmos descritores. Foram encontrados 784 artigos que excluindo os repetidos, totalizou em 668 artigos.

Seguindo com a pesquisa, buscou-se artigos nos últimos 4 anos, no período de 2016 a 2020, sendo encontrados 505 artigos. Foi atualizada a busca com o período que compreende os anos de 2017 a 2020, ou seja, nos últimos 3 anos, e foram encontrados um total de 362 artigos.

Desse total, foram selecionados 30 artigos que abordavam, em seus resumos relativos aos temas: cadeirante, material didático, acessibilidade na escola, inclusão educacional e acolhimento. Organizamos o levantamento dos trabalhos selecionados, conforme descrito no quadro 1.

Quadro 1 - Relação dos artigos pesquisados de acordo com as variáveis de análise de Revisão Integrativa

	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>REVISTA/ ANO/ QUALIS</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO</b>	<b>MATERIAIS E MÉTODOS</b>
1	Formação de professores e inclusão escolar de pessoas com deficiência: análise de resumos de artigos na base SciELO	Marcos Vinícius de Araújo; Robson Jesus Rusche; Rinaldo Molina; Luiz Renato Rodrigues Carreiro	Revista Psicopedagógica, São Paulo. 2010	Os autores apresentaram um estudo sobre a formação de professores para a inclusão escolar do deficiente. O estudo demonstrou que o processo de formação dos professores sobre a inserção dos deficientes no ambiente escolar.	Revisão bibliográfica
2	A ludicidade no processo de inclusão de alunos especiais no ambiente educacional. Edna Machado Soares	Edna Machado Soares	Monografia Curso de Pedagogia Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores 2010.	Por meio desse estudo foi possível observar a perspectiva da ludicidade no processo da educação inclusiva.	Revisão bibliográfica e observacional
3	Acessibilidade na agenda da inclusão social e educacional	Tatiane Negrini; Leandra Costa da Costa; Leodi Conceição Meireles Ortiz; Soraia Napoleão Freitas.	Revista Educação Especial 2010.	O artigo apresenta uma reflexão sobre inclusão social, acessibilidade e educação como um dos vetores da inclusão, referendada em texto legal nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, postula o acesso de todos ao universo de ensino.	Revisão de literatura

4	Estudantes com deficiência física cadeirantes e o processo de inclusão escolar no contexto municipal de ensino de Alexânia-GO.	Flávia Costa Araújo	Programa de Pós-Graduação Universidade de Brasília UnB 2011.	A autora analisou se as escolas municipais de sua região têm condições adequadas para atender às necessidades de um aluno cadeirante e a preocupação dos gestores	Pesquisa bibliográfica
5	A inclusão escolar de alunos cadeirantes: uma questão de acessibilidade.	Marcelo Pereira dos Santos	Programa de Pós-Graduação Universidade de Brasília UnB 2011.	O autor abordou a acessibilidade arquitetônica nas escolas como necessidade para efetivar a inclusão de alunos com deficiências em Alexânica-GO.	Pesquisa empírica e bibliográfica. Fundamentou em dados reais por meio de pesquisa de campo.
6	Acessibilidade física nas escolas públicas. Um problema de gestão?	Ivonete Maria da Silva Almeida	Universidade Tecnológica Federal do Paraná Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação Especialização em Gestão Pública Municipal-UTFPR 2012.	A autora analisou as questões de acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência, em escolas públicas do Município de Telêmaco Borba-PR.	Pesquisa descritiva sobre a existência de adaptações arquitetônicas, das escolas para as pessoas com deficiências físicas ou mobilidade reduzida.
7	Acessibilidade: um fator de inclusão/exclusão social.	Cristiane Dieter; Jacinta Sidegum Renner; Luciana Néri Martins .	Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades-Niterói RJ: ANINTER-SH/PPGSD-UFF, 03 a 2012.	A autora avaliou as condições de acessibilidade e identificou a interferência no processo de exclusão/inclusão social das pessoas com mobilidade reduzida no Vale dos Sinos SC.	Pesquisa observacional descritiva e participante, com análise e discussão de dados sob os paradigmas qualitativo e quantitativo.
8	Acessibilidade de um cadeirante em uma Instituição Pública do Ensino Superior: rotas e rotinas.	Rita de Cássia Silveira Cambuzzi; Maria da Piedade Resende da Costa; Fátima Elisabeth Denar	Revista Educação Especial Santa Maria-RGS 2013.	Os autores identificaram nesse estudo as rotas de acessibilidade, no campus de uma Instituição Pública de Ensino Superior.	Pesquisa com alunos cadeirantes do sexo masculino, de 20 anos de idade, que frequentam uma Universidade Pública no interior do Estado de São Paulo.
9	Acessibilidade em cinco escolas de Concórdia SC: percepções de professores, gestores e pais de alunos com deficiência física.	Diandra Zanella Cavalher; Daniela Regina Sposito Dias Oliva.	Ágora: Revista de Divulgação Científica 2014.	As autoras averiguaram a percepção de gestores, professores e pais de alunos deficientes sobre as condições de acessibilidade em ambientes escolares público sem escolas de Concórdia-SC.	Estudo qualitativo, foram incluídos cinco gestores, cinco professores e cinco pais de pessoas com deficiência física matriculados nas cinco escolas.

10	Educação inclusiva e o uso do computador: a acessibilidade para alunos com deficiência no âmbito escolar.	Iracema Azevedo Mota; Marinalva Santos Silva; Simone Da Silva Lima	Universidade Federal Rural da Amazônia Plano Nacional De Formação de Professores do Estado do Pará- PARFOR 2014.	As autoras verificaram a necessidade de uma reflexão na escola sobre as práticas educativas, adequações físicas e pedagógicas, formação continuada dos professores e capacitação para todos os profissionais da escola, a fim de garantir o real acolhimento dos alunos incluídos.	Pesquisa foi quanti-qualitativa.
11	A acessibilidade e a inclusão social de deficientes físicos (cadeirantes) nas escolas público-estaduais de Goioerê: superando as barreiras na educação.	Rosenilda Sloboja.	Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira. 2014.	Esse estudo possibilitou verificar como as escolas públicas estaduais do município de Goioerê, PR se adequam à realidade do aluno cadeirante, em relação às adaptações relacionadas à acessibilidade e à inclusão social desses alunos, e se esses estabelecimentos de ensino estão em conformidade com as normas da ABNT e a NBR 9050/2004.	Pesquisa bibliográfica sobre acessibilidade e inclusão social, e alguma legislação própria sobre o tema.
12	Acessibilidade no ensino superior: instrumento para avaliação, satisfação dos alunos com deficiência e percepção de coordenadores de cursos.	Priscila Moreira Corrêa.	Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília 2014.	A autora sugeriu elaborar um protocolo para avaliar as condições de acessibilidade em sete Faculdades de uma Instituição de Ensino Superior do Estado de São Paulo.	Pesquisa bibliográfica e entrevista com alunos com deficiência para avaliar sua satisfação em relação à acessibilidade na escola.
13	A acessibilidade atitudinal e a percepção das pessoas com e sem deficiência	Aline Sarturi Pontea; Lucielem Chequim da Silva	Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, 2015	O estudo trata de reflexão sobre como as pessoas com e sem deficiência em relação às barreiras atitudinais e sobre as contribuições da Terapia Ocupacional perante a acessibilidade atitudinal por meio das respostas obtidas.	O estudo qualitativo,

14	Direitos humanos e inclusão escolar de alunos com deficiência sob a perspectiva dos professores.	Irami Soares Oliveira.	Universidade de Brasília - UnB Instituto de Psicologia 2015.	A autora analisou, na perspectiva dos direitos humanos, as opiniões de professores a respeito da inclusão de crianças com deficiência em uma escola de ensino regular que atue de forma inclusiva, situada em Samambaia, Distrito Federal.	Pesquisa bibliográfica permite identificar o que a literatura apresenta quanto às dificuldades encontradas pelos alunos com deficiência inseridos no ensino regular.
15	Percepção de aluno, família e professora sobre as barreiras arquitetônicas na escola.	Márcia Nascimento Oliveira.	Universidade de Brasília – UnB Instituto de Psicologia 2015.	A autora buscou conhecimento sobre o significado de mobilidade em uma escola inclusiva.	Pesquisa qualitativa.
16	Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao Ensino Superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais.	Diléia Aparecida Martins; Lúcia Pereira Leite; Cristina Broglia Feitosa de Lacerda.	Revista Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro 2015.	Indagou-se nesse estudo se as políticas viabilizaram de fato a ampliação do acesso e da permanência de estudantes com deficiência em Instituições de Educação Superior (IES).	Pesquisa documental.
17	Percepção dos gestores sobre acessibilidade de pessoas em cadeira de rodas nas escolas municipais no município de Algodão de Jandaíra-PB.	Aldeni Barbosa da Silva; Janaina Moreira de Brito.	II Congresso Internacional de Educação Inclusiva CINTED 2015.	Foi feita avaliação sobre a percepção dos gestores sobre acessibilidade das escolas municipais do município de Algodão de Jandaíra, no Estado da Paraíba.	Pesquisa de campo com a aplicação de questionários semiestruturados aos gestores responsáveis pelas escolas.
18	Acessibilidade do cadeirante: o caso da praça tobias barreto – Aracaju/s.	Elaine Souza Santos Fontes.	Universidade Federal de Sergipe 2016.	Neste estudo foi analisado a acessibilidade (arquitetônica), se os espaços de lazer da Praça Tobias Barreto em Aracaju – SE se encontram acessíveis ao cadeirante.	Pesquisa de cunho qualitativo.
19	Engenharia de Produto: Desenvolvimento De Prancha De Stand Up Paddle Para Cadeirantes, Um Olhar Para Acessibilidade.	Pedro Paulo Dantas da Silva; Carina Santos Silveira.	1º Congresso CONAERG Congresso Internacional Ergonomia Aplicada 2016.	Os autores apresentaram os benefícios que o uso da prancha adaptada de <i>Stand Up Paddle</i> pode proporcionar aos indivíduos portadores de lesões neurológicas com sequelas motoras.	Pesquisa bibliográfica.

20	Inclusão do aluno cadeirante e seus desafios em sala de aula regular.	Maria Candida de Mattos.	Universidade do Sul de Santa Catarina, 2017.	A autora buscou uma reflexão acerca da inclusão real do aluno cadeirante, tanto nos saberes pedagógicos, quanto no relacionamento deste com seus colegas e educadores.	Pesquisa bibliográfica em artigos publicados.
21	Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual: um estudo sobre acessibilidade e adaptações estruturais.	Gisélia Gonçalves de Castro; Cesar Augusto França Abrahão; Ângela Xavier e Nunes; Lilian Cristina Gomes do Nascimento; Glória Lúcia Alves Figueiredo.	Revista Educação Especial. 2018.	Os autores investigaram a acessibilidade e adaptações estruturais em 14 escolas estaduais de um município mineiro para identificar a prevalência de alunos com deficiência.	Estudo transversal e descritivo através de um questionário e registro fotográfico.
22	A inclusão escolar do deficiente na percepção do coordenador pedagógico	Tiago Fernando Alves de Moura; Paulo César Gomes; Ana Carolina da Silva Barreto; Laís dos Santos Soares.	Rev. Simbio-Logias, 2018.	Investigaram o olhar de três professores coordenadores pedagógicos (PCP) sobre a inclusão escolar de alunos com deficiências em salas de aula regulares da Educação Básica de três diferentes escolas que nomeadamente "hasteiam a bandeira" da Inclusão Escolar do Deficiente.	Pesquisa qualitativa em educação.
23	Ensino Superior na perspectiva da pessoa com deficiência, condições de acesso, permanência e sucesso.	Dafne Sousa de Oliveira; Maria Edith Romano Siems-Marcondes.	Revista Arte de educar 2019.	As autoras conheceram a perspectiva de estudantes com deficiência do no curso de Psicologia da Universidade Federal de Roraima - UFRR, em relação às questões de acesso, permanência e condições para o sucesso acadêmico.	Pesquisa é de abordagem qualitativa.

24	Implicações do ensino híbrido para indivíduos cadeirantes: uma revisão.	Raimundo Aristeu Santos Guida; Susy Ricardo Lemes Pontes.	Revista Vita et Savitas da Fac. União Goyazes, Trindade (GO) 2019.	Os autores apresentaram um estudo acerca das possíveis influências do ensino híbrido para indivíduos cadeirantes.	Pesquisa descritiva com abordagem qualitativa.
25	Curso de formação e capacitação de Multiplicadores em locomoção e mobilidade urbana de pessoas com deficiência.	André Machado Barbosa; Marco Antônio Serra Viegas.	Brazilian Journal of Development Curitiba 2020.	Apresentaram um relato de experiência sobre a questão da acessibilidade em uma comunidade escolar na cidade de Mesquita/RJ, sobretudo um curso de formação para profissionais em educação na área de locomoção e mobilidade.	Pesquisa qualitativa e quantitativa.
26	Escola e acessibilidade espacial: investigando a realidade para as aulas de Educação Física.	Joslei Viana de Souza; Taís Pires de Jesus Santos; Camila Fabiana Rossi Squarcini.	Revista Motrivivência, Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2020.	Os autores analisaram a infraestrutura de escolas públicas estaduais de um município baiano no que diz respeito à acessibilidade espacial, em especial àquela destinada as aulas de Educação Física.	Pesquisa com abordagem quantitativa do tipo descritivo.
27	Políticas sociais na área de acessibilidade para crianças e adolescentes cadeirantes nas escolas públicas de Santos-SP.	Guerreiro, E. P.; Silva, L. M.; Edelstein, S. F.	Social Meeting Scientific Journal, São Paulo, Brasil 2020.	Demonstraram a realidade da inclusão social, por meio da acessibilidade de crianças e adolescentes com deficiência física no ambiente escolar. Analisaram o nível e o tipo de preparação profissional especializada.	Pesquisa bibliográfica
28	A inclusão do cadeirante nas aulas de educação física escolar para Ensino Médio.	Mayke Goncalves Rocha	Pontifícia Universidade Católica de Goiás 2020	Os autores analisaram os aspectos pedagógicos positivos em relação à educação especial em foco, no sentido de promover no processo de inclusão escolar, principalmente em cadeirantes.	Pesquisa de cunho bibliográfico, com abordagem exploratória.

29	Ampliação da participação de cadeirantes nas aulas práticas de educação física: reflexões e vivências de jogos populares tradicionais e adaptados como possibilidade.	Ricardo da Silva Passos.	UNESP Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Tecnologia - Núcleo de Presidente Prudente 2020.	O autor criou um produto educacional em forma de sequência didática, onde reflexões e vivências de jogos populares tradicionais e adaptados possam ampliar a participação ativa de alunos com deficiências locomotoras permanentes (cadeirantes) nas atividades práticas em uma turma regular de Educação Física.	Pesquisa bibliográfica
30	Um estudo de acessibilidade em uma Instituição De Ensino de São Paulo.	Eliacy Cavalcante Lelis Marina Castro Paulino; Mayara Borges dos Santos; Marcos José Corrêa Bueno Jesus.	Revista South American Development Society Journal 2020.	Nesse estudo foi explorado a legislação vigente sobre acessibilidade para pessoas com deficiência; estudaram mobilidade urbana e acessibilidade para pessoas com deficiência dentro da Instituição Pública de ensino e foi investigado a acessibilidade dos PCR's dentro da instituição e foi proposta melhorias.	Pesquisa bibliográfica

Fonte: Autora.

Diante do estudo realizado, podemos mencionar que todos os artigos selecionados abordam sobre a temática em análise, que é a relevância da inclusão do aluno com deficiência no ambiente escolar e a formação dos docentes para abordar esses discentes. Os artigos foram distribuídos em ordem cronológica.

Assim, nos estudos apresentados, os autores que mencionam sobre a **relevância da formação dos docentes em relação à inclusão escolar do aluno que têm deficiência**, são os seguintes: 1, 10, 25, 27 e 28. Eles representam 16% dos artigos selecionados e de acordo com os estudos realizados, afirmam que a formação dos docentes é fundamental para que a inclusão do aluno com deficiência aconteça de forma efetiva nas escolas, porém, em algumas escolas, o assunto é tratado de forma generalista.

Assim, os estudos demonstram a necessidade de práticas educativas nas escolas endereçadas aos docentes, como a formação continuada para os docentes e demais colaboradores, para que o acolhimento aconteça de maneira efetiva.

Foi oportuno, ainda, analisar a experiência de um dos autores sobre essa questão, que realizou visita em uma comunidade escolar de Mesquita/RJ, em um curso de formação de profissionais de educação na área de locomoção e mobilidade que demonstrou a realidade da inclusão social, por meio da acessibilidade de crianças e adolescentes com deficiência física no ambiente escolar.

O autor afirma que os aspectos pedagógicos positivos em relação à educação especial em foco, estavam presentes na escola, no sentido de promover o processo de inclusão escolar, principalmente com alunos cadeirantes.

Os demais trabalhos publicados analisados, também são muito pertinentes ao estudo. Os seguintes estudos **retratam outros ângulos relativos a discentes que têm deficiências e aos docentes**, conforme discriminados a seguir:

Os artigos de número 2 e 3, mostram a **importância da ludicidade no processo da educação inclusiva**, com reflexões sobre inclusão social de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, e postula sobre o acesso de todos ao universo de ensino.

Outros artigos como os de número 4, 11, 18, 20 e 28, tratam da **situação do cadeirante**. Demonstram que muitos gestores se preocupam com essa questão, mas que nem todas as escolas têm condições adequadas para atender a esse público tão presente nas instituições de ensino.

Algumas escolas estão de acordo com as normas da ABNT e a NBR 9050/2004; outras, têm espaços arquitetônicos estão muito aquém das necessidades de um deficiente cadeirante.

Alguns pesquisadores buscaram refletir sobre a inclusão real do discente cadeirante, tanto nos saberes pedagógicos quanto no relacionamento com seus colegas e educadores. Outro pesquisador criou um produto educativo que proporciona refletir sobre as vivências de jogos populares tradicionais, adaptando-os de maneira que os discentes cadeirantes possam participar das

atividades práticas nas aulas de Educação Física.

Em relação à **acessibilidade arquitetônica**, os artigos de números 5, 6, 7,8, 9, 12, 13, 16, 17, 21, 23 e 26, fazem menção a esse assunto e todos deixam clara a necessidade de as escolas se adequarem de forma efetiva nesse quesito, para que os discentes deficientes consigam se locomover com segurança no interior das escolas.

Foi realizada avaliação das condições de acessibilidade e identificou-se que muitas escolas oferecem algumas possibilidades de locomoção para o discente deficiente, porém está muito longe do que é necessário para atender às suas necessidades.

Dessa forma, conclui-se que as instituições de ensino deixam muito a desejar a respeito de acessibilidades para um discente com deficiência. As pessoas com deficiência se deparam com muitas barreiras, devido à ausência de intervenções de natureza atitudinal, o que, às vezes, levam o discente a desistir da escola. Entretanto vale ressaltar que, de acordo com o estudo, percebeu-se que alguns gestores, professores e pais desses discentes se preocupam com essa realidade.

Dentre esses artigos que trataram sobre a dimensão arquitetônica, um dos estudos sugere que as escolas elaborem um protocolo para avaliar as condições de acessibilidade para discentes deficientes e promovam reflexões sobre as barreiras atitudinais.

Sobre a **mobilidade inclusiva**, os artigos de número 14, 15, 19 e 22 demonstraram as perspectivas dos docentes que trabalham com discentes que têm deficiência e alguns se preocupam com a inclusão escolar e defendem com veemência a inclusão.

Encontra-se também um estudo sobre benefícios que podem ser proporcionados àqueles que têm lesões neurológicas e sequelas motoras.

Com referência à legislação, os artigos de número 24 e 30 **apresentaram uma análise sobre a legislação vigente** em relação à acessibilidade para pessoas com deficiência e sobre possíveis influências do ensino híbrido para indivíduos cadeirantes.

Nesse entendimento, faz-se necessário lembrar que os trabalhos analisados apontam que a inclusão do discente que tem algum tipo de deficiência, principalmente o cadeirante, está longe de ser efetiva devido a diversos fatores, dentre eles, cita-

se, como exemplo, a falta de capacitação contínua dos docentes e a dimensão arquitetônica das escolas, que deixam muito a desejar.

Em síntese, a análise dos artigos aponta para a existência do problema do acolhimento dos alunos com deficiência, de modo específico. Vimos que o aluno cadeirante, pertencente a esse grupo, sofre, sobretudo, situações provenientes à acessibilidade física e atitudinal.

#### **4. GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA BOAS PRÁTICAS COMO FERRAMENTA DE CAPACITAÇÃO DOCENTE**

##### **4.1 DETALHAMENTO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PRODUTO DE ENSINO**

O Produto de Ensino foi apresentado sob a forma de Guia de Orientação para Boas Práticas de acolhimento ao discente cadeirante, visando à capacitação de docentes.

A produção desse material didático-pedagógico foi organizada, abordando-se as condições de acessibilidade, previstas pela Legislação sobre o espaço escolar, a arquitetura da escola e a adaptação do cadeirante à sala de aula. Ao mesmo tempo em que consideramos o que emergiu da pesquisa bibliográfica implementada na primeira fase de nossa pesquisa reforçou a ideia de que as escolas necessitam de mais investimentos para o acolhimento de discentes cadeirantes, sobretudo nos processos de capacitação de pessoal.

Nesse sentido, acredita-se que o produto de ensino emergiu como resposta a essas questões preliminares, apresentando-se como “Guia de Orientação,” pois desempenha a função de sensibilizar e orientar o docente para melhor atuar na escola e, por isso, subsidiamos atividades com base na teoria significativa de Ausubel. Em síntese, o Guia de Orientação é endereçado a orientadores educacionais e/ou responsáveis pedagógicos de escolas que poderão atuar como multiplicadores da proposta.

Conforme a teoria da aprendizagem significativa de Ausubel, o processo de aprendizagem do professor pode ser facilitado e isso se aplica também a aprender sobre acolhimento aos discentes cadeirantes. Partindo-se do conhecimento prévio desses profissionais com discentes cadeirantes, o material apresentado tem condições de ser implementado nas escolas em nível de segundo grau. Esse

conhecimento é fator determinante no processo de aprendizagem do próprio docente. (AUSUBEL; NOVAK; HANESIAN, 1980).

Ausubel (2000) registra que:

o conhecimento é significativo por definição. É o produto significativo de um processo psicológico cognitivo (“saber”) que envolve a interação entre ideias “logicamente” (culturalmente) significativas, ideias anteriores (“ancoradas”) relevantes da estrutura cognitiva particular do aprendiz (ou estrutura dos conhecimentos deste) e o “mecanismo” mental do mesmo para aprender de forma significativa ou para adquirir e reter conhecimentos (AUSUBEL, 2000).

Vale ressaltar que as referências bibliográficas de artigos, textos que fazem referência clara aos diversos tipos de aprendizagem, influenciaram os métodos de desenvolvimento para o presente estudo, considerando exclusivamente os principais conceitos relativos à aprendizagem significativa. A aprendizagem significativa é o processo de interação entre novas informações adquiridas pelo indivíduo e as estruturas de conhecimento relevantes que ele já possui (AUSUBEL, NOVAK; HANESIAN, 1978).

A importância de se optar pelo formato digital do referido produto de ensino se deu devido à facilidade de acesso à internet, onde qualquer profissional terá possibilidade de acessar e baixar o Guia de Orientação, para trabalhar a capacitação nas escolas.

Vale destacar que o produto será disponibilizado no *site* do UniFOA, no link de Dissertações/Produtos do Mestrado em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente, portal de produtos educacionais desenvolvidos no programa. [https://sites.unifoa.edu.br/portal\\_ensino/mestrado/mecsma/dissertacoes.asp](https://sites.unifoa.edu.br/portal_ensino/mestrado/mecsma/dissertacoes.asp).

## 4.2 AVALIAÇÃO DO PRODUTO DE ENSINO

Através do estudo desenvolvido por meio de Revisão Integrativa, foi encontrada uma lacuna relativa à carência de material didático-pedagógico acerca do acolhimento do discente cadeirante.

Essa lacuna inspirou a elaboração de um Guia de Orientação como produto de ensino, com o título “Guia de Orientação para boas práticas de acolhimento ao discente cadeirante”.

Para avaliação do referido Guia, participaram de entrevista semiestruturada, profissionais da educação envolvidos no ofício da gestão escolar, da orientação pedagógica e da educação especial, tornando possível coletar os dados necessários para análise.

## **5. CAMINHO METODOLÓGICO**

A pesquisa foi autorizada em conformidade ao projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, CAEE: 25789019.0.0000.5237 e parecer de aprovação: 3.749.174 (ANEXO A). A escola de Ensino Médio forneceu autorização por meio de carta de anuência para participar da pesquisa (ANEXO B). O Comitê de Ética em Pesquisa (COEPS) também aprovou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), (APÊNDICE A), que foi aplicado aos profissionais da educação da escola.

Considerando que a avaliação do Guia de Orientação para Boas Práticas de Acolhimento ao Discente Cadeirante obteve bons resultados, como vimos anteriormente, resolvemos complementar nossa abordagem, tendo em vista que os discentes saem do Ensino Médio e passam a cursar o Ensino Superior. Alertamos que essas ações complementares tiveram por perspectiva verificar como uma Instituição de Ensino Superior compreende o acolhimento de discentes cadeirantes. Para nosso contentamento, essa é também uma preocupação do setor pedagógico da Instituição analisada.

O produto de ensino foi avaliado por profissionais da esfera de gestão escolar e pedagógica que trabalham em escola pública de Ensino Médio, que mediante entrevista semiestruturada, apresentaram uma rica percepção acerca do acolhimento do discente cadeirante. O presente complemento da pesquisa visa ampliar nosso espectro avaliativo, muito embora não seja esse o objetivo principal do estudo.

### **5.1 ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA NA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO**

O roteiro de entrevista (APÊNDICE B) buscou informações sobre a vivência desses profissionais com discentes cadeirantes e, se na opinião deles, o material apresentado tem condições de ser implementado nas escolas.

A entrevista foi realizada de forma remota, baseando-se em 9 perguntas, tornando possível coletar os dados necessários para análise.

## 6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Após realização das entrevistas, as respostas foram transcritas e, posteriormente, analisadas. Por fim, a análise procurou correlacionar aspectos objetivados nas respostas dos participantes e a relação com o referencial teórico que apontamos no decorrer da dissertação.

### 6.1 RECORTE DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

A partir da análise das respostas, verificou-se que a proposta de preparação do ambiente escolar para o acolhimento do discente cadeirante abordada no Guia de Orientação é muito importante para os profissionais da área pedagógica de qualquer escola e para a própria dignidade do discente cadeirante que precisa se sentir bem acolhido, adquirindo por direito, o aprendizado e a inclusão de fato.

Para tanto, foi apresentado o produto de ensino como ferramenta pedagógica para três profissionais da educação que atuam no Ensino Médio. A finalidade da apresentação do produto foi levantar informações sobre a experiência profissional de cada um, frente ao acolhimento de discentes cadeirantes, buscando-se a avaliação e as contribuições relevantes ao tema.

Inicialmente, a entrevista foi com um profissional que atua na área de docência há mais de 25 anos, com vasta experiência na área da educação. Iniciou-se com a questão da formação e percurso profissional.

Em resposta, o entrevistado mencionou que sua graduação principal é em Ciências Contábeis. Iniciou na docência como professor de curso técnico e, em seguida, assumiu a posição de coordenador de curso de administração. Anos depois, por meio de concurso público, tornou-se professor e, há alguns anos, foi efetivado como diretor de escola.

Em sequência, foi questionado se possui alguma experiência com discentes cadeirantes. Em resposta, relatou que, apesar de não ter tido na prática nenhuma vivência no ambiente escolar com discentes cadeirantes, reconhece toda dificuldade enfrentada, pois seu pai se tornou cadeirante há alguns anos, devido a problemas de saúde. Mencionou que, durante sua gestão, ainda não teve aluno cadeirante matriculado, mas que, pensando nessa possibilidade, a escola já é adaptada para recebê-los se necessário, bem como possui uma cadeira de rodas à disposição.

Vale lembrar a existência da Lei de Acessibilidade, nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas e critérios que procuram garantir a acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida, como alunos cadeirantes ou outra deficiência, a qual pode e deve ser utilizada na escola em relação a melhorias de acesso físico para o aluno cadeirante.

A seguir, adotou-se a avaliação da iniciativa da proposta do Guia de Orientação, que o entrevistado obteve com antecedência.

Em resposta, exaltou a iniciativa da produção de um Guia de Orientação como esse, considerando-o muito válido, tendo em vista a não existência de muitos Guias que tratam de boas práticas de acessibilidade atitudinal, e que os existentes geralmente abordam mais as questões da arquitetura da escola.

De modo geral, os projetos e iniciativas que visam solucionar problemas de acessibilidade nas escolas demonstram interesse na área de Arquitetura e Urbanismo e da Informática pela inclusão.

Cita-se, como exemplo, o Manual de Acessibilidade espacial para escolas: O direito à escola acessível, elaborado por Dischinger et al. (2009), tem como finalidade apresentar as condições de acessibilidade, previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – NBR 9050/2004, explicitando os critérios de acessibilidade a serem observados no planejamento do espaço escolar.

O entrevistado avaliou como positiva a iniciativa de se elaborar um Guia de Orientação, respondendo às lacunas provenientes da Revisão Integrativa, em que se verificou escassez de materiais com essa finalidade.

Passamos, então, para outra modalidade de questão, na qual o objeto é o profissional da escola responsável por atender à família do discente cadeirante, tendo em vista alguma dúvida, observação e/ou reclamação. O entrevistado respondeu que conta com uma equipe pedagógica preparada para dar apoio também aos familiares. Deu a entender que sua equipe já está preparada para acolher discentes cadeirantes, assim como seus familiares. Contudo, durante a entrevista, foi questionado, se na condição de gestor escolar, consegue implementar algo que ultrapassa o que a Legislação pede. Em resposta, apontou que, na escola, há profissionais capacitados que trabalham em conjunto com a família do estudante, tratando dos assuntos individuais e respeitando as limitações de cada um. Entende-se que os profissionais da escola já estão capacitados para atender as diferenças individuais de alunos junto às suas famílias.

Em sequência, a pesquisadora questionou, se, mesmo não possuindo experiência direta com discentes cadeirantes, na condição de gestor escolar, como avalia a atuação dos docentes no quesito acolhimento. Segundo o entrevistado, é necessário sensibilizar a aceitação de acolher o discente cadeirante, pois nem sempre isso acontece. Nessa perspectiva, foi perguntado se, caso haja matrícula de um discente cadeirante, a escola adota alguma técnica ou ferramenta pedagógica que tenha como especificidade o acolhimento desse aluno. O gestor afirmou que a escola já atende alunos com deficiência de modo geral e que existem orientações para cada especificidade que são executadas pela área pedagógica.

Na pergunta seguinte, abordou-se sobre sua percepção ao produto de ensino em forma de Guia de orientação para boas práticas. Em resposta, o entrevistado informou que, em geral, a sociedade engloba a questão da deficiência física do cadeirante com a parte arquitetônica, isto é, quando se tem rampas e portas alargadas com barras. Considera-se que a escola já está preparada, mas partindo de sua percepção, com a prática da utilização do Guia de Orientação, uma reflexão será oportuna, uma vez que as questões atitudinais são muito mais relevantes, pois soma com o aprendizado que o docente já possui.

De acordo com Ausubel, Novak e Hanesian (1980), o processo de aprendizagem, utilizando-se, por exemplo, o Guia de Orientação, contribuirá para que o docente aprenda a acolher os discentes cadeirantes, levando-se em consideração os conhecimentos que já possuem. Ao refletirmos sobre a resposta dada, pode-se afirmar que o Guia de Orientação, produto deste estudo, vem complementar os Guias e Manuais de Acessibilidades já existentes, uma vez que esse produto é mais direcionado ao acolhimento do discente cadeirante.

Para concluir, na última pergunta, abordou-se sobre o aprendizado do orientador (a) educacional para aprimorar o acolhimento do discente cadeirante. O entrevistado acredita que o orientador educacional pode aprender com o Guia de Orientação, pois terá a oportunidade de auxiliar na reflexão do grupo de profissionais envolvidos, no intuito de que tenham mais conhecimento sobre o assunto, ou seja, saibam como proceder, orientar, sendo esse o ponto positivo. De acordo com a resposta do docente, pode-se afirmar que o Guia de Orientação elaborado é uma fonte de pesquisa que contribui com a aprendizagem, uma vez que auxilia em relação ao acolhimento do aluno cadeirante.

Na sequência, foi realizada uma entrevista com uma profissional da área

pedagógica da referida escola. Primeiramente, a entrevistada falou sobre seu percurso profissional, informando que trabalhou há 15 anos no Serviço Social de Indústria (SESI), inicialmente, como professora, passando a orientadora educacional, posteriormente. Atualmente, trabalha em Escola de Ensino Médio integrado ao técnico em uma instituição pública.

Em seguida foi questionado se a profissional já trabalhou com discentes cadeirantes. Foi informado que, em um dado período, trabalhou com uma turma de crianças a qual algumas eram cadeirantes. Afirmou que foi um trabalho muito produtivo em relação ao acolhimento em parceria com a família, na receptividade das outras crianças da turma.

Em relação a esse questionamento, Silva (2015) em seu trabalho de conclusão de curso, afirmou que trabalhar com alunos cadeirantes é um assunto muito polêmico e preocupante para todas as redes de ensino, visto que se encontram despreparadas estruturalmente e pedagogicamente para acolherem esses alunos com segurança, sem contar com o despreparo de professores para receberem alunos com tais limitações, físicas ou mentais.

Posteriormente, foi questionado sobre a iniciativa da produção do Guia de Orientação para o acolhimento do discente cadeirante. Para a entrevistada, a questão da inserção do aluno deficiente é de extrema importância. Afirmar ainda que a iniciativa é louvável. Em sua opinião, infelizmente, a maioria não vai aderir ao Guia, mas, certamente, vai atender aquele que precisa, contribuindo diante do acolhimento ao discente cadeirante na prática.

De acordo com a resposta da profissional, mesmo diante de orientações existentes em manuais, guias de orientação e até mesmo legislações, as pessoas, em geral, incluindo educadores, não dão a devida importância a essas orientações, o que dificulta ainda mais a inserção e o acolhimento do aluno cadeirante nas escolas, assim como em outros ambientes.

Na sequência da entrevista, foi perguntado qual profissional realiza o atendimento à família do discente cadeirante, quando ela necessita pontuar alguma reclamação. A profissional relatou que o aluno cadeirante, ao ser matriculado, recebe informações sobre a experiência do profissional, apoio/auxílio dado pelo Orientador Educacional. A professora citou, como exemplo, que uma das recomendações dos pais, já no primeiro contato com a escola, é para mudar o aluno de posição na cadeira, para que não fique na mesma posição por muito tempo.

Ao refletirmos sobre o que a profissional nos diz, constatamos que a escola, ao receber um aluno cadeirante, deve transmitir segurança a esse aluno que, ao perceber a interação da escola com sua família, se sente seguro e acolhido. Nessa perspectiva, é necessário que haja diálogo com as famílias, pois contribui para perceber as dificuldades e vitórias.

Foi questionado ainda a respeito do setor pedagógico, em relação à atuação além do que a Legislação solicita. Para ela, o afeto é que faz toda a diferença. É necessário que todos os alunos, principalmente os cadeirantes, se sintam afetivamente acolhidos. Ela não trabalha somente o acolhimento físico propriamente dito, mas acolhe com carinho e respeito, ou seja, não olha o aluno somente por sua deficiência e sim como um aluno capaz de participar, de aprender, considerando-se as especificidades de cada um.

Sua resposta demonstrou sentimento de solidariedade acerca do aluno cadeirante, uma vez que esse aluno necessita de um tratamento diferenciado, haja vista que já é carente, devido as suas necessidades. Assim, deve ser tratado com respeito para que se sinta acolhido.

Na sequência, foi questionado sobre sua experiência como orientadora educacional na avaliação dos docentes, frente à acolhida dos discentes cadeirantes. De acordo com a entrevistada, quanto ao quesito docente, o acolhimento não acontece naturalmente. Na maioria das vezes, ela enfrentou problemas e ainda enfrenta. Apesar da realização de treinamentos junto aos docentes, que é uma ferramenta de aproximação ao discente cadeirante, depende muito do querer do docente em se doar, pois acredita que educar é doação. É comum nas salas de aulas haver alunos com especificidades diferentes que requerem um olhar diferenciado por parte do professor.

Omote (2005), em seu artigo, também destacou as atitudes sociais dos professores acerca da inclusão por ser uma condição bastante relevante do ambiente escolar. Ele afirma que, mesmo que as condições sejam favoráveis à inclusão por parte dos professores, sua capacitação não garante a construção de educação inclusiva. Os professores necessitam de suporte de várias ordens para desenvolver atividades adequadas em salas de aula inclusivas, tais como: materiais instrucionais apropriados e apoio de pessoal especializado; uma política claramente estabelecida e compromisso dos gestores para lidar com situações especiais, dentre outras. É necessário, acima de tudo, construir uma cultura inclusiva no interior das

escolas e comunidades em geral.

Dando seguimento, foi questionado sobre a existência de alguma ferramenta pedagógica específica na escola utilizada para os discentes cadeirantes. A professora afirmou que não existe técnica específica para trabalhar com o aluno cadeirante, mas o setor pedagógico utiliza meios com os alunos deficientes em geral, acolhendo-os em parceria com uma professora de formação na educação especial.

Quanto ao Guia de Orientação como produto de ensino deste estudo, a entrevistada afirmou que a troca de boas práticas nos faz avançar, pois abre as possibilidades de adequar as atividades em conjunto com os discentes com deficiência, especialmente os cadeirantes. A partir do pressuposto de que ela trabalha em conjunto com a família, acredita-se que o ideal é construir juntos, uma vez que o aluno deficiente necessita de adaptação mais adequada para atender as suas necessidades.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o Guia de Orientações produzido neste estudo será um apoio na área pedagógica, por focar a informação, orientação e experiências de outros estudiosos sobre o assunto. Por último, foi perguntado se a Orientadora Educacional pode aprender a aprimorar o acolhimento do discente cadeirante na escola com o auxílio do Guia de Orientação. Em resposta, a orientadora afirmou que o Guia de Orientação tem condições de ser implementado, pois mostra ao docente que, através dessa proposta, ele pode ter acesso a melhores condições de incluir o discente cadeirante em sala de aula, sob um olhar de igual pra igual, no sentido de que esse aluno com mobilidade reduzida também tem o direito em estar na escola. O docente precisa ter um olhar diferenciado, baseado na limitação de cada aluno.

A análise dessa resposta nos remete à reflexão da pergunta anterior. A partir dela, pode-se afirmar que, mais uma vez, essa ferramenta produzida levará o docente a olhar cada aluno de acordo com suas limitações e assim poderá oferecer mais condições para que se sinta acolhido.

Por fim, foi realizada a entrevista com a professora da educação especial, “Atendimento Educacional Especializado - (AEE)”, que é um dos serviços prestados pela educação especial para atender aos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação matriculados em escolas do ensino regular.

O AEE tem por objetivo a criação, o desenvolvimento e a implantação de

recursos pedagógicos e de acessibilidade para eliminar barreiras que abram espaço para a plena participação de todos os estudantes no processo ensino-aprendizagem, considerando suas necessidades educacionais específicas, suas potencialidades, e não suas deficiências (BRASIL, 2008).

Dando início à entrevista, abordou-se sobre o percurso profissional de 25 anos de magistério da profissional, sendo 22 anos trabalhados na educação especial. Conforme resposta, o que a levou a trabalhar com esse público, foi algo que aconteceu de forma espontânea, a partir do seu encontro com a realidade, desencadeando a carreira profissional na área da educação especial. Afirmou ainda que foi dentro da escola especializada que ela se encontrou como docente.

Seguindo com a entrevista, questionou-se se já teve alguma experiência com discentes cadeirantes. A entrevistada mencionou que trabalhou diretamente com alunos cadeirantes em contextos diferentes, tais como: cadeirante por conta da poliomelite; cadeirante por conta de deficiência na coluna e o cadeirante de paralisia cerebral. Destacou que a condição do cadeirante nessas três realidades traz condutas diferentes, pois o aluno que teve “poliomelite” basicamente não consegue andar e precisa de apoio para ir ao banheiro, mas seu cognitivo é super preservado como um indivíduo normal, entretanto, em algum momento da vida, houve essa condição. Dificilmente o deficiente físico traz alguma comorbidade somado à condição da limitação física. A grande maioria tem seu cognitivo preservado, portanto ele precisa realmente é se “sentir capaz”. Na verdade, o aluno cadeirante precisa sentir-se capaz de realizar tudo ou quase tudo que um “cadeirante” não pratica, pois o que acontece muito com o aluno cadeirante é a “baixa estima” devido a sua condição física.

Ela percebe que os alunos deficientes, incluindo os cadeirantes, se sentem inferiorizados em relação àqueles ditos normais. Relatou sua experiência em lidar com um aluno cadeirante com paralisia cerebral, que necessita de um trabalho muito mais elaborado. Essa realidade pode gerar angústia no próprio professor devido à falta de resposta do aluno, mas, por meio da sensibilidade, o profissional é capaz de interagir com esse aluno com pequenos atos, como uma piscada ou virada de olho, pois, às vezes, é o único movimento que o aluno consegue fazer.

Vale lembrar que o aluno com paralisia cerebral, em sua grande maioria, não tem o cognitivo abalado, uma vez que existem alunos graduados cursando mestrado, desenvolvendo trabalhos maravilhosos para a humanidade, ou seja, basta ter

estímulo e acolhimento por parte do professor.

Diante da fala da docente, infere-se o quanto é relevante um Guia de Orientação, por tratar de temas relacionados a discentes deficientes, de modo especial os cadeirantes. Muitos docentes aprenderam a lidar com esse público no dia a dia sem nenhuma orientação pedagógica. Nos dias de hoje, já é possível buscar informações, serem capacitados na própria escola para receber esses alunos. Dessa forma, facilita seu trabalho diário, dando-lhe mais segurança.

Em relação à elaboração de um Guia de Orientação para o acolhimento do discente cadeirante, foco deste estudo, foi solicitado a ela uma avaliação sobre essa iniciativa. A professora afirmou que a ideia foi muito válida e que acredita no diferencial desse material didático no formato de Guia. Esse trabalho reflete a sensibilidade de amor ao próximo e de como nós gostaríamos de ser acolhida, pois o que está sendo proporcionado no Guia é o sentimento de respeito ao próximo.

Partindo-se do princípio de que a escola é superficial, após seu primeiro contato com o Guia, registrou que qualquer pessoa que trabalha com a educação entende o conteúdo tratado no produto, pois o trabalho com educação leva à ideia de se trabalhar com o outro. Para ela, essa iniciativa é realmente uma atitude louvável.

Ela acredita que o material não será acolhido pela maioria dos profissionais da educação, mas poderá provocar reflexão do profissional que precisa. Mesmo acreditando que a utilização e aceitação do Guia proposto não acontecerão de forma imediata, não podemos desistir de semear conhecimento.

A resposta da profissional nos leva a pensar que devemos ter novas atitudes, utilizar novas ferramentas de ensino pois, assim, a educação inclusiva acontecerá de maneira satisfatória.

Foi solicitado que comentasse sobre os casos em que a família deseja tratar de algum assunto relacionado ao filho cadeirante, como uma reclamação. Como respondido pela entrevistada anterior, no ato da matrícula a família recebe todas as informações necessárias em relação à escola e às necessidades do aluno. Após matrícula do discente, a família recebe todas as informações necessárias sobre o dia a dia do filho na escola.

Foi questionado também se atua fazendo algo que considera ser um diferencial, além do que exige a Legislação vigente. A entrevistada comentou que a legislação é prática e objetiva e que, na sua atuação na educação especial, sempre

foi além, dando suporte, apoio à família, inclusive aos finais de semana. Com sua experiência, ela afirma que, quando a família estimula o filho desde bebê, a capacidade de produção durante a fase de aprendizagem é bem maior.

A resposta da entrevistada nos remete à Dissertação de Mestrado de Araújo (2005), que abordou a acessibilidade física, arquitetônica e atitudinal, como solução indispensável, visando à construção de uma Instituição de Ensino Superior (IES) efetivamente inclusiva para os alunos com deficiência física. A autora afirma, em seu estudo, que ainda há muito a ser feito, pois muitas instituições de ensino ainda não possuem ambientes adaptados para acolher esses alunos.

Baseado na sua experiência, questionou-se como ela avalia os docentes frente à acolhida dos discentes cadeirantes. Na opinião dela, a parte mais complicada é lidar com o professor, pois apesar de os professores serem parceiros da escola, trabalharemos em conjunto com o orientador (a) educacional, acredita que somente 20% dos professores acolhem um aluno deficiente adequadamente. A partir de sua resposta, registramos a necessidade de capacitar os docentes em relação ao acolhimento do discente cadeirante.

Quanto à prática pedagógica, foi questionado se utilizam, na escola, alguma ferramenta e/ou alguma técnica específica para discentes cadeirantes. Na parte pedagógica, ela faz valer o direito do aluno deficiente, preza pela questão atitudinal junto à família, atuando de forma coletiva. Partindo-se do princípio que cada caso é um caso, considerando-se pela valorização do Guia de Orientação, é ideal que esse Guia seja utilizado, adaptando-o conforme as necessidades.

Em seguida, a professora foi questionada sobre sua percepção em relação ao produto de ensino “Guia de boas práticas de orientação”. Para ela, o produto possui uma linguagem simples, acessível e é muito prático. Se as escolas atuassem de acordo com a legislação existente, deveria ter um docente especializado em Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas, na realidade, é o orientador que atua nessa função. Mais uma vez nos leva a afirmar a necessidade da capacitação dos docentes e apresentar a eles um Guia de Orientações a ser seguido.

Foi questionado se ela acha que o orientador(a) educacional pode aprender a aprimorar o acolhimento do discente cadeirante na escola com o auxílio do Guia de Orientação. Ela se posicionou, afirmando que o produto de ensino auxiliará muito os docentes, haja vista que, durante o período de formação de uma orientadora educacional, as informações são dadas superficialmente. O próprio profissional

pedagogo e/ou orientador(a) educacional busca o conhecimento para alavancar e seguir o trabalho com o discente. Ela vê o Guia de Orientação como uma possibilidade de o profissional da área pedagógica ter condições de mudar suas atitudes.

Em seguida, ela complementou, dentro do mesmo contexto, quanto à existência de uma técnica que julgue eficaz, para que o profissional pedagógico saiba se o aluno está tendo um aprendizado satisfatório. Acredita na contribuição do uso de tecnologias que leva a uma conquista produtiva de troca da relação ensino/aprendizagem com o aluno deficiente, especialmente com o discente cadeirante. Com o uso de tecnologias em favor do aluno que possui mobilidade reduzida, mesmo que a sua deficiência dificulte a fala, como é o caso do discente cadeirante que possui paralisia cerebral, atualmente existem várias formas de se fazer uma comunicação assistida, por meio de um computador.

As tecnologias tornam as coisas possíveis para as pessoas que possuem necessidades especiais, assumindo a função de tecnologia assistiva. Os usos das tecnologias assistivas na educação são de grande relevância, pois possibilitam o processo de aprendizagem, otimizando as potencialidades de cada aluno e contribuindo cada vez mais para a inclusão dos alunos com deficiência. Nesse entendimento, as tecnologias assistivas se tornam necessárias para o aprendizado dos alunos com deficiência. A interação do aluno com o computador possibilita a coordenação e assimilações, pois, pela prática, na utilização do computador, ele interage de forma autônoma e os processos de comandos levam o aluno a melhorar sua coordenação motora, por meio dos *softwares* educativos, e pode melhorar também a sua cognição (CAT, 2007). Para ela, com o uso da tecnologia de pranchas, por exemplo, o aluno consegue montar as palavras, utilizando-se de figuras e, com as letras soltas do alfabeto, vai conseguindo constituir uma escrita, como também atitudes e expressões que trazem a resposta do aluno diante da prancha.

Pode-se citar, ainda, a tecnologia assistida na qual o aparelho fica na testa do aluno deficiente. Ele utiliza a testa para escrever, pois os alunos com paralisia cerebral têm as mãos, geralmente, muito rígidas, dificultando a possibilidade de aprendizagem da escrita.

## 6.2 REFLEXÕES SOBRE O ACOLHIMENTO DO DISCENTE CADEIRANTE NO ENSINO SUPERIOR

De antemão, queremos esclarecer que o estudo que delineou o presente trabalho teve por análise a questão do acolhimento do discente cadeirante no âmbito da Educação Básica e, de modo específico, propôs a adoção de ferramenta para que a Orientação Educacional tenha condições de preparar os docentes da Escola para essa tarefa.

Contudo, a realidade enfrentada pelos discentes cadeirantes ultrapassa o período da Educação Básica. Sabemos que também eles enfrentam dificuldades acerca do acolhimento propiciado pelas instituições de Ensino Superior. Nesse sentido, visando enriquecer este estudo, como complemento de análise, foi realizada também uma entrevista com uma profissional que atua como Orientadora Pedagógica em uma Instituição de Ensino Superior (IES). As perguntas da entrevista foram discursivas, aplicadas sob a forma de encontro remoto, propiciando coletar os dados e registrá-los para análise.

O primeiro momento teve como objetivo avaliar o nível de conhecimento da profissional sobre sua percepção acerca da atuação dos docentes face ao acolhimento do discente cadeirante. A seguir, lhe foi apresentado o produto de ensino, tal como foi elaborado para ser implementado para as escolas de Ensino Médio “Guia de Orientação para Boas Práticas de Acolhimento ao Discente Cadeirante”. O objetivo da entrevista foi levantar e avaliar a percepção que o setor pedagógico da IES possui sobre a questão do acolhimento e se acredita ser pertinente a elaboração de algum material dessa natureza para ser adaptado à realidade do Ensino Superior.

As questões do roteiro de entrevista propiciaram aprofundar as percepções que a entrevistada apresentou sobre o Guia de Orientação. Esse complemento de pesquisa foi desenvolvido em uma Instituição de Ensino Superior (IES), localizada do município de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro. A IES forneceu autorização por meio de carta de anuência para participar da pesquisa (ANEXO B). O Comitê de Ética em Pesquisa (COEPS) também aprovou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), (APÊNDICE A). A Instituição de Ensino foi escolhida devido ao fato de oferecer diversos cursos de diversas áreas de formação.

Aplicou-se o roteiro de entrevista junto à profissional da área pedagógica, colhendo-se os dados da entrevista, que foram transcritos conforme as respostas da entrevistada. A seguir, foram analisadas as respostas, procurando-se verificar a contribuição das referências bibliográficas, em que escolhemos estabelecer diálogo das respostas da entrevistada com o referencial que acolhemos como base de aproximação ao tema em questão.

### 6.2.1 ROTEIRO DE ENTREVISTA E RESULTADOS

O roteiro da entrevista foi aplicado a partir de 11 perguntas. A partir da análise das respostas percebeu-se que o produto apresentado será de grande valia para a área pedagógica para ser adaptado ou inspirar a criação de material didático-pedagógico como ferramenta de capacitação docente frente à carência de materiais didáticos para que o docente acolha discentes cadeirantes.

A entrevistada possui formação em psicologia, psicopedagogia clínica e organizacional, pós-graduada em psicologia jurídica e possui mestrado e doutorado em psicologia da educação. Atua na área de aprendizagem de desenvolvimento cognitivo com estudantes no ensino superior envolvendo discentes cadeirantes na área de acessibilidade que, modo geral, faz parte do contexto da educação.

A primeira pergunta tratou da formação acadêmica da entrevistada, permitindo-nos perceber que se trata de profissional preparada e imersa nos problemas apontados pelo Guia proposto. A entrevistada explorou sua percepção acerca do modo como a IES acolhe discentes cadeirantes e fez apontamentos de situações enfrentadas em diversos cursos da IES, como veremos adiante.

Quanto à segunda pergunta, foi questionado sobre suas experiências com discentes cadeirantes.

Em resposta, foi informado que, em sua vivência profissional, deparou-se com alguns casos concretos na IES onde trabalha, exemplificando o caso de um discente cadeirante do Curso de Medicina e outro do Curso de Educação Física, afirmando que se tratam de realidades diferentes, uma vez que o aluno do Curso de Educação Física não exigia muito o suporte por parte dos docentes, pois os colegas do próprio curso davam muita assistência de modo geral, auxiliando-o na resolução de seus problemas de forma dinâmica, o que contribuiu para uma fácil adaptação, mesmo com suas limitações.

Quanto ao discente do Curso de Medicina, em relação à sua adaptação, ele mesmo contribuiu com sugestões para melhorias na IES, no que se refere à estrutura arquitetônica, indicando questões físicas do *campus* do que deveria ser feito.

Nesse contexto, encontramos, na literatura pesquisada, Rocha e Aguiar (2015) que relataram experiência de uma discente cadeirante do curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. A cadeirante teve apoio da família e da Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas (DAIN) para superar as barreiras encontradas. As autoras afirmam que os desafios e barreiras com os quais depararam cotidianamente permitiram aprendizagens, conhecimentos, troca de experiências, aproximações e (re)significação da vida.

Em relação às deficiências e às limitações, merece destaque a quebra de barreiras dependem, principalmente, da quebra de barreiras atitudinais. As autoras destacam apoio fundamental da Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas (DAIN) da UERN e o apoio e incentivo da diretora. As reflexões realizadas, ao escrever o artigo, estimularam a continuar com os estudos, uma vez que o processo de formação deve ser contínuo para a promoção da vida em igualdade de condições para todos.

Na terceira pergunta, foi solicitada uma avaliação sobre a pertinência de um Guia que possibilite desenvolver competências relativas ao acolhimento do discente cadeirante. O Guia de Orientação foi considerado, pela entrevistada, como uma importante ferramenta para o acolhimento do discente cadeirante que, em sua opinião, deve destacar no seu conteúdo as dificuldades que os discentes cadeirantes enfrentam em relação à acessibilidade atitudinal, promovendo junto aos docentes a equidade no acolhimento, desde seu ingresso na escola, uma vez que esses alunos necessitam se movimentar, pois necessitam sair da cadeira para descansar.

Assim sendo, torna-se necessário realizar um trabalho intenso com os docentes com uma série de sensibilizações para que tenham olhar humanizado em relação a esses discentes, considerando-se que o aluno demora mais tempo para realizar as tarefas propostas. Neste caso, é fundamental que o docente reveja os processos no qual lhe é requerido.

Em nossa pesquisa, nos inspiramos pelo trabalho de Mendes, Pletsch e Hostins (2019), que publicaram um E-Book com o título “Educação especial e/na educação básica: entre especificidades e indissociabilidades”, Nesse E-Book, as autoras dedicaram alguns capítulos referentes a discentes com deficiência, como a escolarização desses alunos, inclusão escolar, o perfil profissional de professores

de educação especial, as vozes dos futuros professores com deficiência para a educação básica ecoam nos cursos de licenciatura, o (não) saber docente e os desafios da educação inclusiva, dentre outros.

A quarta pergunta abordou sobre a experiência profissional da entrevistada, referente ao número de alunos cadeirantes matriculados. Ela informou que não tem feito muitos atendimentos a alunos cadeirantes, pois, esporadicamente, é procurada por discentes com essas características.

Em relação a esse tema, Esteves, Pizato e Terrassi (2014), tratam da inclusão de deficientes no ensino superior, e afirmam que se deve reconhecer que esse número tem aumentado, porém é um processo lento, embora em desenvolvimento. Afirmam ainda que se deve considerar a inserção desses alunos deficientes e atentar para que essa inserção seja efetiva e eficaz, pois ainda se vê muita desistência devido às barreiras encontradas. Portanto, deve-se investir na formação dos profissionais, para que fiquem mais competentes e habilidosos para lidar com discentes deficientes.

Na quinta questão buscou-se opinião da entrevistada sobre o processo de encaminhamento das reclamações face às fragilidades relativas ao acolhimento do discente cadeirante. A entrevistada afirmou que eles são acompanhados de perto pelo setor pedagógico de forma contínua. Quando apontam as necessidades, existe uma facilidade em sanar os problemas relativos à acessibilidade dentro da IES.

O artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade do Sul de Santa Catarina, por Mattos (2017) trata da inclusão do aluno cadeirante e seus desafios em sala de aula regular. O autor afirma que a maior reclamação desses alunos é referente à acessibilidade, dentro do espaço escolar e, principalmente, fora da instituição, como no trajeto casa/escola.

A pergunta de número seis questionou se no setor em que a entrevistada atua as ações se limitam a atender a legislação vigente ou se o setor promove algo mais para Pessoas com Deficiência (PcD). A entrevistada respondeu que a tarefa da área pedagógica de sua atuação é não só atender à especificação da legislação vigente, mas também ampliar um pouco mais o atendimento na medida da necessidade dos discentes cadeirantes.

Sousa (2012) destaca, em seu artigo sobre inclusão escolar, que, a Resolução nº 02, do Conselho Nacional de Educação, de 11 de setembro de 2001, que traz em seu cerne as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, e afirma ainda que as escolas precisam se adaptar às necessidades do alunado e não

o inverso.

Assim, os sistemas de ensino devem dispor de equipes de apoio à educação inclusiva e devem rever seus currículos e avaliações, para que, independente das características físicas ou sensoriais, os estudantes sejam avaliados conforme seus sucessos. Reessalta também que é necessário rever a Educação Especial como proposta pedagógica que atende as necessidades de cada um e que se realize o intercâmbio entre sistemas de ensino, entidades e centros de atendimento.

A sétima pergunta questiona a posição da entrevistada em relação à atuação dos docentes face à acolhida do discente cadeirante. Para ela, é muito diversificado, uma vez que existe docentes acolhedores, que fazem a diferença com os alunos e outros que tentam tratar os alunos que precisam de um atendimento diferenciado com o mesmo critério de um aluno comum. A entrevistada não concorda com a posição de alguns docentes, pois os alunos cadeirantes têm necessidades especiais e vivem em condições diferentes. Para ela, o docente pode oferecer oportunidades para o discente ter condições de aprender de outras formas, como fornecer material para o aluno aprofundar seu estudo em casa, dentre outras possibilidades.

Silva (2015) apresentou um estudo sobre educação inclusiva dos cadeirantes, evidenciando que, na sociedade, mesmo as pessoas que são independentes, mas portadoras de necessidades especiais têm que se adaptar às exigências da sociedade.. Mesmo com a existência de leis que definem direitos a eles concedidos, devem lutar muito para alcançar algo, principalmente as pessoas com necessidades especiais, pois todos têm o direito de serem atendidos e acolhidos beneficentemente.

A pergunta de número oito aborda sobre a existência de algum implemento de ferramenta pedagógica específica para discentes cadeirantes em seu trabalho. A resposta foi afirmativa. Conforme relato da entrevistada, o formato de ferramenta pedagógica já estava sendo elaborado de forma digital, mesmo antes da pandemia, para alguns casos, o que foi visto de forma positiva pelos docentes e discentes.

No período da pandemia Covid19, o discente cadeirante do curso de medicina se sentiu beneficiado, pois foi possível acompanhar muito mais as aulas remotas, utilizando-se de recurso viável, que contribuiu para o ensino-aprendizagem.

Martins, Neves e Silva (2019) apresentam estudo sobre materiais adaptados para alunos que possuem dificuldades motoras. Eles afirmam que, em algumas escolas, existe um Plano de Ação Pedagógica que visa à prática pedagógica para atender de forma eficaz às necessidades dos educandos portadores de deficiência

física.

O plano de ação pedagógica são adequações necessárias que proporciona uma prática pedagógica a esses educandos, beneficiando-os em sua autonomia. Assim, os alunos com deficiência física podem contar com recursos que facilitarão em tarefas do cotidiano, recursos que podem ser utilizados tanto no ambiente escolar quanto no familiar.

Trata-se das Tecnologias Assistivas que são alternativas que facilitam a resolução de problemas funcionais vivenciados por pessoas com deficiência. Essas tecnologias são confeccionadas também de modo artesanal, atendendo às necessidades apresentadas pelos educandos com deficiência física e de comunicação.

Com relação aos educandos com deficiência física, as Tecnologias Assistivas podem funcionar como recursos que se traduzem em material escolar adaptado, informática acessível, adaptação arquitetônica, mobiliários que possibilitem melhor mobilidade (proporcionando também conforto e adequação da postura), dentre outros.

Na pergunta de número nove, a entrevistada foi questionada sobre a avaliação da relação de discentes cadeirantes com os demais discentes nos cursos oferecidos pela Instituição. Para o discente, a presença dos alunos é necessária, pois acontece aproximação maior do problema por parte de outros discentes, com sensibilização, mobilização para ajudar, se disponibilizando para resolver problemas do colega cadeirante, pois alunos aprendem mais sobre acessibilidade ao lidar com um aluno cadeirante, não vendo o aluno como privilegiado.

Silva e Galuch (2009) realizaram estudo e investigaram as relações entre alunos com necessidades educacionais especiais e os demais alunos, no contexto do ensino regular. Analisaram as práticas de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais e os demais alunos, percebendo que os processos de interação proporcionam a apropriação dos conteúdos escolares. Constataram a necessidade da resignificação do processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais e uma maior reflexão dos professores quanto à prática pedagógica, no sentido de oportunizar a interação aluno-aluno.

A pergunta de número dez questiona o que a entrevistada acredita que deveria constar no Guia de Orientação, tendo por base a orientação do docente sobre o acolhimento ao discente cadeirante.

Para a entrevistada, no Guia de Orientação deve constar que o processo de acessibilidade tem que partir de um trabalho da escola com o docente, no sentido de ensiná-lo a lidar com um discente cadeirante. Ele deve estar aberto a escutar e a entender as dificuldades do outro, instigando e motivando esse discente cadeirante a superar as dificuldades. Ela considera, como princípio, que o discente adquire cada vez mais autonomia, estimulando-o e instigando-o a não precisar de suporte e apoio, e que cada caso tem sua particularidade. Assim, deve ser tratado de forma individual, pois cada um tem sua história.

Um exemplo dessa questão está em Amormino Júnior (2018), que elaborou *E-book* que trata das Políticas públicas na educação brasileira: caminhos para inclusão, com a finalidade de analisar a cultura surda na educação de surdos, com base nas práticas de sala de aula, no ensino superior, especificamente no curso de pedagogia. O autor observou as situações pedagógicas que envolveram os estudantes surdos e suas professoras, por compreender que a atuação em sala de aula e todo o processo educacional precisavam considerar o surdo e valorizar sua diferença.

A pergunta de número onze aborda sobre a forma que se dá a orientação/capacitação e o acompanhamento dos docentes em relação à acolhida ao aluno cadeirante. Na IES onde a entrevistada atua, é rotina oferecer atividades pedagógicas aos docentes a cada início de semestre, atividades de oficina de capacitação sobre diversos temas, dentre eles, aprendizagem sobre acessibilidade e acolhimento do discente cadeirante.

Destacam-se ainda a existência de outros tipos de atividades voltadas para alunos específicos e professores que os atendem.

Gonçalves, Gonçalves e Firme (2016), em seus estudos sobre formação e capacitação de docentes para atuar com alunos com deficiência, perceberam a necessidade da realização de um planejamento pedagógico voltado à formação docente, envolvendo o indivíduo, a família, o docente e a instituição.

O docente deve ser capacitado para acolher o aluno com deficiência respeitando os princípios dos pilares éticos, sociais e normativos de cada realidade. É necessário que a escola encontre alternativas práticas, construídas e dialogadas para incluir de forma efetiva.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho baseou-se na acessibilidade e acolhimento de discentes que, independente da tipologia de deficiência, têm em comum o fato de serem cadeirantes. Percebemos, por meio do levantamento bibliográfico, implementado sob forma de Revisão Integrativa, que, apesar de estarmos no século XXI, muitas instituições de ensino ainda não estão preparadas para acolher discentes cadeirantes, tendo em vista os desafios e barreiras com as quais se deparam em seu dia a dia.

Nas legislações vigentes, estão presentes todas as informações necessárias para que essas instituições possam se adequar para atender os discentes deficientes, porém, na maioria das vezes, os planos ficam somente no papel. Vale destacar que cada deficiência tem suas particularidades. O cadeirante, sujeito de nossa pesquisa, necessita de espaço adequado para se locomover e de atenção diferenciada por parte do docente, que deve aceitá-lo, respeitá-lo e incluí-lo nas tarefas diárias, de acordo com suas limitações.

A existência dessa situação-problema ocorre devido a muitos fatores, um dos quais seria a ausência de oferta de capacitação para lidar com discentes com mobilidade reduzida. Ora, esse processo de capacitação também se revela como carente de materiais didático-pedagógicos para formação contínua desses docentes.

Diante dessa lacuna, emergiu a ferramenta didático-pedagógica, denominada Guia de Orientação de Boas Práticas ao Acolhimento do Discente Cadeirante, que foi avaliada por profissionais da área pedagógica de uma escola de Ensino Médio e, de forma complementar, avaliou-se sua pertinência para ser adaptado ao acolhimento de discentes cadeirantes no Ensino Superior.

A elaboração desse material didático-pedagógico teve como finalidade contribuir para que profissionais que atuam na Orientação Educação e no setor pedagógico de escolas de Ensino Médio e/ou outras Instituições da Educação Básica possam orientar seus docentes para o acolhimento aos alunos cadeirantes. No geral, os profissionais que participaram da avaliação do produto de ensino, parabenizaram o material, certificando-o como primoroso, pois acreditam que o entendedor da área pedagógica, ao utilizar o Guia, vai encontrar abordagens de como atuar em determinada situação com o discente cadeirante, garantindo assim grandes frutos no auxílio da inclusão. Também avaliaram positivamente o conteúdo do material, por

ter condições de ser implementado, trazendo benefícios não só para os discentes cadeirantes mas para todos da escola, pois possui informações e sugestões importantes aos profissionais da educação, principalmente aos professores de educação física. A aula de educação física é o momento em que o discente cadeirante precisa participar fisicamente, na condição da limitação reduzida de movimentos. A proposta do produto de ensino traz condições de que é possível a participação com os demais estudantes e auxíla também o docente a agir, para que o discente cadeirante tenha o direito de estar atuando também nessa área.

O processo de capacitação de docentes é uma atividade de ensino e, para tanto, acreditamos que a teoria da aprendizagem significativa de Ausubel, possibilita melhor eficácia nessa aprendizagem. Por fim, acreditamos que o Guia nos faz reencontrar a esperança de que é possível acreditar na escola como um espaço de acolhida das diferenças e de socialização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, J. S. E; DUARTE, E. “Educação Inclusiva: um estudo na área de educação física”. **Rev. Bras. Educ. espec.** vol. 11 nº. 2 Marília Mai/ ago. 2006.

ALMEIDA, I. M. da. **Acessibilidade física nas escolas públicas**. Um problema de gestão? Universidade Tecnológica Federal do Paraná Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação Especialização em Gestão Pública Municipal-UTFPR 2012. Disponível em < [http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/21550/2/CT\\_GPM\\_II\\_2012\\_33.pdf](http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/21550/2/CT_GPM_II_2012_33.pdf)>. Acesso em 18 fev. 2021.

AMORMINO JÚNIOR, M. **Políticas públicas na educação brasileira: educação ambiental / Atena Editora. – Ponta Grossa (PR):** Atena Editora, 2018. 171 p. : 6.471 kbytes – Políticas Públicas na Educação Brasileira; v. 2. Disponível em < <https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2018/03/E-book-PP-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental.pdf>>. Acesso em 10 já, 2021.

AINSCOW, M., PORTER, G., WANG, M. **Caminhos para as Escolas Inclusivas**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997.

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. In: **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Ano XI, n.º 21, mar. 2001, pp. 160-173.

ARAÚJO, M. V. de.; RUSCHE, R. J.; MOLINA, R.; CARREIRA, L. R. R. **Formação de professores e inclusão escolar de pessoas com deficiência**: Análise de resumos de artigos na base Scielo. 2010. Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento. Universidade Presbiteriana Mackenzie, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. São Paulo, SP, Brasil. Disponível em < <https://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/195/formacao-de-professores-e-inclusao-escolar-de-pessoas-com-deficiencia--analise-de-resumos-de-artigos-na-base-scielo>>. Acesso em 10 jan. 2021.

ARAÚJO, F. C. A. Estudantes com deficiência física cadeirantes e o processo de inclusão escolar no contexto municipal de ensino de Alexânia-GO. Programa de Pós-Graduação Universidade de Brasília UnB2011.44FLS. Disponível em < [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2163/6/2011\\_FlaviaCostaAraujo.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2163/6/2011_FlaviaCostaAraujo.pdf)>. Acesso em 10 jan. 2021.

ARAÚJO, E. H. S. **Acessibilidade e Inclusão de pessoas com deficiência na Faculdade de Direito da UFBA**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Salvador, 2015, 86 f.

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Educational Psychology, a Cognitive View**. New York: Holt, Reinhart and Winston, 1978.

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Psicologia educacional**. Tradução: Eva Nick. Rio de Janeiro: Editora Interamericana Ltda., 1980.

AUSUBEL D. P. Aquisição e Retenção de Conhecimentos: Uma Perspectiva Cognitiva.2000.Disponível em <[http://www.uel.br/pos/ecb/pages/arquivos/Ausubel\\_2000\\_Aquisicao%20e%20retencao%20de%20conhecimentos.pdf](http://www.uel.br/pos/ecb/pages/arquivos/Ausubel_2000_Aquisicao%20e%20retencao%20de%20conhecimentos.pdf)>. Acesso em 10 dez. 2020

AUSUBEL, D. P. **A aprendizagem significativa**: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 1982.

BARBOSA, A. M.; VIEGAS, M. A. S. “Curso de formação e capacitação de Multiplicadores em locomoção e mobilidade urbana de pessoas com deficiência”.

**Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 5, p.26327-26333, may. 2020.Disponível em <<file:///C:/Users/User/Downloads/9831-25507-1-PB.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2021.

BARRETTO, E. S. S.; SOUSA, S. Z. **Estudos sobre ciclos e progressão escolar no Brasil**: uma revisão. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 31-50, abr. 2004. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000100003>>. Acesso em 9 dez. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1998. **D.O.U.** Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em 05 dez. 2020.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em 13 Jan. 2020.

BRASIL. Lei n. 10.048 de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **D.O.U.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm)>. Acesso em 05 dez. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **D.O.U.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm)>. Acesso em 05 dez. 2020.

BRASIL, Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>>. Acesso em 17 Jan. 2021.

BRASIL. Lei n. 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **D.O.U.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em 05 dez. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005. Dá nova redação ao art. 53 do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **D.O.U.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5645.htm)>. Acesso em 05 dez. 2020.

BRASIL, **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. Organização: Ricardo Lovatto, Blattes. 2.<sup>a</sup> Ed. Brasília: MEC, SEE/SP, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>>. Acesso em 01 jun. 2017.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Caderno PlanMob**: para orientação aos órgãos gestores municipais na elaboração dos Planos Diretores de Mobilidade Urbana. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais a Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. 2008. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192)>. Acesso em 25 jan. 2022.

BRASIL. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **D. O. U.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em 05 nov. 2020.

BRASIL. Associação Brasileira de Assistência Técnica - ABNT 9050 de 03 de agosto de 2004. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Disponível em <[file:///norma-abnt-NBR-9050-2015-emenda-1-2020%20\(1\).pdf](file:///norma-abnt-NBR-9050-2015-emenda-1-2020%20(1).pdf)>. Acesso em 26 jan. 2020.

CAMBRUZZI, R. C. S. de.; COSTA, M. P. R. de.; DENAR, F. E. Acessibilidade de um cadeirante em uma Instituição Pública do Ensino Superior: rotas e rotinas. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 46, p. 351-366, maio/ago. 2013. Disponível em <<<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4386>>. Acesso em 33 já. 2021.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000. Santa Maria, RS. 2007.

CASTRO, G. G. de. ABRAHÃO, A. F.; NUNES, A. X.; NASCIMENTO, L. C. G. do.; FIGUEIREDO, G. L. A. "Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual: um estudo sobre acessibilidade e adaptações estruturais". **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 93-106. jan./mar. 2018. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/13590>> Acesso em 2 fev. 2021.

CAT, 2007. **Ata da Reunião VII, de dezembro de 2007, Comitê de Ajudas Técnicas, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR)**. Disponível em < <<http://www.mj.gov.br/cord/arquivos/doc/Ata VII do Comite de Ajudas Tecnicas.doc>>. Acesso em 25 jan. 2022.

CAVALHER, D. Z.; OLIVA, D. R. S. D. "Acessibilidade em cinco escolas de Concórdia SC: percepções de professores, gestores e pais de alunos com deficiência física". **Ágora: R. Divulgação. Cient.**, v. 19, n. 1, p. 26-37, jan./jun. 2014 < file:///C:/Users/User/Downloads/306-Texto%20do%20artigo-3477-1-10-20150630.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

CENSO ESCOLAR. **INEP 2019**: Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>. Acesso em 10 set. 2020.

CORRÊA, P. M. **Acessibilidade no ensino superior**: instrumento para avaliação, satisfação dos alunos com deficiência e percepção de coordenadores de cursos. 2014. 281 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2014. Disponível em:<<http://hdl.handle.net/11449/106629>>. Acesso em 10 fev. 2021.

COSTA, J.C.; OLIVEIRA, S.G. Os principais obstáculos para a integração dos portadores de necessidades especiais nas escolas de Rede Pública Estadual da cidade de Passo Fundo. **Revista Educação Especial**, n. 27, 2006. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4355>>. Acesso em 17ago. 2020.

DIETER, C.; RENNER, J. S.; MARTINS, L. N. Acessibilidade: um fator de inclusão/exclusão social. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012. Disponível em <<http://www.aninter.com.br/ANAIS%20I%20CONITER/GT18%20Acesso%20%85%20justi%87a,%20direitos%20humanos%20e%20cidadania/ACESSIBILIDADE%20UM%20FATOR%20DE%20INCLUS%20EXCLUS%20SOCIAL%20-Trabalho%20completo.pdf>> Acesso em 04 mar. 2021.

DISCHINGER, M.; BINS, V. H. M.; BORGES, F. C. B. **Manual de acessibilidade espacial para escolas** : o direito à escola acessível. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

DORZIAT, A. Educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação? **Cadernos de Educação Especial**, v.2, n.24, p. 77-85, 2004.

ESTEVES, M. M.; PIZATO, E. C. G.; TERRASSI, E. P. **Inclusão escolar e o deficiente auditivo**. 2014. Disponível em <<http://www.fundacaojau.edu.br/revista11/artigos/5.pdf>>. Acesso em 04. Mar. 2021.

FINGER, A. V. **A educação inclusiva de alunos com deficiência física:** problematizando o corpo no contexto escolar. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSM, RS. 2007, 196P. Disponível em < [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/EDUCACAO\\_FISICA/artigos/A-educacao-inclusiva.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EDUCACAO_FISICA/artigos/A-educacao-inclusiva.pdf)>. Acesso em 10 dez. 2020.

FONTES, E. S. S. **Acessibilidade do cadeirante:** o caso da praça Tobias Barreto – Aracaju/s. Monografia. Curso de Educação Física. Universidade Federal de Sergipe. 73. pg. 2016. Disponível em < <https://1library.co/document/yjk49g2q-cessibilidade-cadeirante-caso-praca-tobias-barreto-aracaju-se.html>>. Acesso em 12 mar. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GIANGRECO, M.F. *et al.* **Assisting Students Who Use Wheelchairs:** Guidelines for School Personnel. Quick- Guides to Inclusion 3: Ideas for Educating Students with Disabilities. Series Editor, 2002. Disponível em <<http://www.uvm.edu/~cdci/archives/mgiangreco/QG3ExtraWC141-154.pdf>>. Acesso em 15 Dez. 2020.

GONÇALVES, W.; GONÇALVES, V. M. F.; FIRME, L. P. **Formação e capacitação de docentes para atuar com alunos com deficiência auditiva:** um estudo no Instituto Federal do Espírito Santo – IFES. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 24, n. 93, p. 866-889, out./dez. 2016. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v24n93/1809-4465-ensaio-24-93-0866.pdf>>. Acesso em 02 mar, 2021.

GUERREIRO, E. P.; SILVA, L. M.; EDELSTEIN, S. F. “Políticas sociais na área de acessibilidade para crianças e adolescentes cadeirantes nas escolas públicas de Santos-SP”. *Social Meeting Scientific Journal*, São Paulo, Brasil, v. I, n. 1, ano 1 junho de 2020 (edição especial de lançamento) Disponível em < <http://www.esocialbrasil.periodikos.com.br/article/5f205ea70e88257728dc677a/pdf/esocialbrasil-0-AheadOfPrint-107.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2021.

GUIDA, R. A. S.; PONTES, S. R. L. “Implicações do ensino híbrido para indivíduos cadeirantes: uma revisão”. **Revista Vita et Sanitas da Faculdade União Goyazes, Trindade (GO)**. v.13, n.2, jan./jul. 2019, p. 116. Disponível em <<http://fug.edu.br/revistas/index.php/VitaetSanitas/article/view/184>>. Acesso em 2 fev. 2021.

HORN, E. M, KANG, J. “Supporting Young Children With Multiple Disabilities: What Do We Know and What Do We Still Need To Learn?” In: **Topics Early Child Spec Educ**. 2012; 31(4): 241–248.

JEFFS, T. L. 253 “Virtual Reality and Special Needs”. **Themes Sci Technol Educ**. Special Issue, 2009, 253-268.

LELIS, E. C.; PAULINO, M. C.; SANTOS, M. B. dos.; JESUS, M. J. C. B. “Um estudo de acessibilidade em uma Instituição de Ensino de São Paulo”. **SADJSJ South American Development Society Journal**. vol.06, n. 17, 2020. Disponível em <http://www.sadsj.org/index.php/revista/article/view/328>. Acesso em 1 mar. 2021.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: moderna. 2003.

MARTINS, D. A. LEITE, L. P.; LACERDA, C. B. F. de. "Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao Ensino Superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais". **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.23,n.89, p.984-1014,out./dez.2015.Disponível em < [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362015000400984&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362015000400984&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em 04 mar. 2021.

MARTINS, D. A.; NEVES, M. M.; SILVA, R. N. M. **Construindo materiais adaptados para alunos com dificuldades motoras e de comunicação.** 2019.Disponível em <[http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/tecnologia-assistiva/Curso%20de%20Extens%C3%A3o%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial%20na%20perspectiva%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva%20estrat%C3%A9gias%20pedag%C3%B3gicas%20para%20favorecer%20a%20inclus%C3%A3o%20escolar/Dilma\\_et\\_al\\_1.pdf](http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/tecnologia-assistiva/Curso%20de%20Extens%C3%A3o%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial%20na%20perspectiva%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva%20estrat%C3%A9gias%20pedag%C3%B3gicas%20para%20favorecer%20a%20inclus%C3%A3o%20escolar/Dilma_et_al_1.pdf)>. Acesso em 04 mar. 2021.

MATTOS, M. C. de. **Inclusão do aluno cadeirante e seus desafios em sala de aula regular.** Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade do Sul de Santa Catarina 2017. Disponível em < <https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/5627/INCLUS%C3%83O%20DO%20ALUNO%20CADEIRANTE%20E%20SEUS%20DESAFIOS%20EM%20SALA%20DE%20AULA%20REGULAR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 03 mar. 2021.

MATTOS, M. C. de. Inclusão do aluno cadeirante e seus desafios em sala de aula regular. UISUL. 2017. Disponível em < <https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/5627/INCLUS%C3%83O%20DO%20ALUNO%20CADEIRANTE%20E%20SEUS%20DESAFIOS%20EM%20SALA%20DE%20AULA%20REGULAR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 10 jan. 2021.

MATURANA, A. P. P. M. "Educação Especial e a Relação Família - Escola: Análise da produção científica de teses e dissertações". **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional.** SP. Volume 19, Número 2, Maio/Agosto de 2015: 349-358. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/pee/v19n2/2175-3539-pee-19-02-00349.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2020.

MAZZARO, J. L. "Políticas para inclusão educacional: o professor e o aluno com baixa visão". **Revista @mbiente educação.** São Paulo, v.1, n. 2. P. 40-55. Ago. 2008.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas.** 5ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MENDES, G. M. L.; PLETSCH, M. D.; HOSTINS, R. C. L. **Educação especial e/na educação básica: entre especificidades e indissociabilidades.** 2019. E.Book. Disponível em <<https://anped.org.br/sites/default/files/images/ebook-educacao-especial-e-na-educacao-basica.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2021.

MINTO, C. A. Educação especial: da LDB aos planos nacionais de educação - MEC e Proposta da Sociedade Brasileira. In: PALHARES, Marina Silveira; MARINS, Simone (orgs.). **Escola inclusiva**. São Carlos: Ed.UFSCar, 2002.

MORAES, M. C. de. **Acessibilidade no Brasil**: análise da NBR 9050. 2007.175f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2007.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários** a uma educação do futuro. São Paulo, Cortez Editora, 2007.

MOTA, I. A.; SILVA, M. S.; LIMA S. S. da. **Educação inclusiva e o uso do computador: a acessibilidade para alunos com deficiência no âmbito escolar**. Disponível em < 14 Artigo Tabela Revisão Integ 2014 (9) OK.pdf>. Acesso em 07 mar. 2021.

MOURA, T. F. A. de.; GOMES, P. C.; BARRETO, A, C. S. da.; SOARES, L. S. dos. A inclusão escolar do deficiente na percepção do coordenador pedagógico.

**Rev.Simbio-Logias**,v.10,Nr. 14,2018.

Disponível em <[https://www1.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/Simbio-Logias/revistas/a\\_inclusao\\_escolar\\_do\\_deficiente.pdf](https://www1.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/Simbio-Logias/revistas/a_inclusao_escolar_do_deficiente.pdf)>. Acesso em 03 fev. 2021.

NASCIMENTO, V.F.; NASCIMENTO, N. M. F.; MOURA, N. M. N. **Educação em saúde junto aos pais de portadores de necessidades especiais**: relato de experiência. São Paulo: Nursing, 2011; 14(161):546-550.

NEGRINI, T.; COSTA, L. C. da.; ORTIZ, L. C. M.; FREITAS, S. N. “Acessibilidade na agenda da inclusão social e educacional”. **Rev. Educ. Espec., Santa Maria**, v. 23, n. 37, p. 287-298, maio/ago. 2010. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/1632>>. Acesso em 20 fev. 2021.

OLIVEIRA, I. S. **Direitos Humanos e Inclusão Escolar de alunos com deficiência sob a perspectiva dos professores**. Brasília, 2015. f. 37: il. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, EaD, 2015. Disponível em <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14547/1/2015\\_IramiSoaresdeOliveira\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14547/1/2015_IramiSoaresdeOliveira_tcc.pdf)>. Acesso em 10 fev. 2021.

OLIVEIRA, M. N. **Percepção de aluno, família e professora sobre as barreiras arquitetônicas na escola**. 301 fls. 2015. Disponível em <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15826/1/2015\\_MarciaValeNascimentoOliveira\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15826/1/2015_MarciaValeNascimentoOliveira_tcc.pdf)>. Acesso em 05 mar. 2021.

OLIVEIRA, D. S. de. ROMANO, M. E. SIEMS-MARCONDES, M. E. R. Ensino Superior na perspectiva da pessoa com deficiência, condições de acesso, permanência e sucesso. **Revista Arte de educar**. v. 5, n. 2. 2019. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/44857>>. Acesso em 2 fev. 2021.

OMOTE, S. “Diversidade, educação e sociedade inclusiva”. In: OLIVEIRA, A. A. S.; OMOTE, S.; GIROTO, C. R. M. (Org.). **Inclusão escolar: as contribuições da Educação Especial**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 15-32.

OMOTE, S.; OLIVEIRA, A. A. S. de.; BALEOTTI, I. R.; MARTIN, S. E. S. de. Mudança de atitudes sociais em relação à inclusão. **Paidéia**, 2005, v. 15, n. 32, p. 387-398. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/paideia/a/5Q5chbRfYq7pBsJ6cQGmBCj/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 10 dez. 2021.

PASSOS, R. S. da. **Ampliação da participação de cadeirantes nas aulas práticas de educação física**: reflexões e vivências de jogos populares tradicionais e adaptados como possibilidade. 2020. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/194485>>. Acesso em 20 fev. 2021.

PAVÃO, M. S. de. **Aprendizagem e acessibilidade**: travessias do aprender na universidade. *et al.* organizadoras. – 1. ed. – Santa Maria. UFSM, Pró-Reitoria de extensão, pE.com, 2015. 497.

PERRENOUD, P. A prática reflexiva e o ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica. In: **Saber refletir sobre a própria prática**: objetivo central da formação de professores. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2007.

PONTEA, A. S.; SILVA, L. C. da. “A acessibilidade atitudinal e a percepção das pessoas com e sem deficiência”. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 261-271, 2015. Disponível em <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/851>>. Acesso em 10 fev. 2021.

QUARESMA, R. Comentários à legislação constitucional aplicável às pessoas portadoras de deficiência. **Revista diálogo jurídico**, Bahia, n. 14, jun./ago. 2002. Disponível em <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/2546>>. Acesso em 10 mar. 2021.

ROCHA, C. M. da.; AGUIAR, A. L.E. Experiências de uma cadeirante na universidade: desafios e conquistas[2015]. Disponível em <[http://www.uern.br/controldepaginas/edicao-atual-/arquivos/367810\\_camila\\_artigo\\_experiencias\\_de\\_uma\\_cadeirante\\_na\\_universidade.pdf](http://www.uern.br/controldepaginas/edicao-atual-/arquivos/367810_camila_artigo_experiencias_de_uma_cadeirante_na_universidade.pdf)>. Acesso em 04 mar. 2021.

ROCHA, M. G. **A inclusão do cadeirante nas aulas de educação física escolar para ensino médio**. Monografia. Curso de Licenciatura em Educação Física. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2020. Disponível em <<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/884/1/MONO%20%281%29%20%282%29.pdf>>. Acesso em 10 fev. 2021.

RODRIGUES, D. **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a Educação Inclusiva. S. Paulo. Summus Editorial, 2006

ROMAGNOLLI, G.S.E.; ROSS, P.R. **Inclusão de aluno com baixa visão na rede pública de ensino**: orientação para professores. Curitiba, 2008. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1109-2.pdf>>. Acesso em 12 jan, 2021.

RUBIO, A. J. “Accesibilidad a los edificios universitarios y su entorno urbano”. **Revista a Distância**, Vol 20, nº 1, 2005.

SANT'ANA, I. M. “Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores”. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 10, nº. 2, p. 227-234, mai/ago. 2005.

SANTOS, M. P. dos. **A inclusão escolar de alunos cadeirantes: uma questão de acessibilidade**. Programa de Pós-Graduação Universidade de Brasília UnB 2011. Disponível em <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2365/1/2011\\_MarceloPereiradosSantos.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2365/1/2011_MarceloPereiradosSantos.pdf)>. Acesso em 10 fev. 2021.

SASSAKI, R. K. “Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação”. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SILVA, M. A. M.; GALUCH, M. T. B. “Interação entre crianças com e sem necessidades educacionais especiais: possibilidades de desenvolvimento”. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, MS, v.15, n.30, p.142-165, jul./dez. 2009. Disponível em <<file:///C:/Users/Fatima.santanna/Downloads/2461-Texto%20do%20artigo-7374-1-10-20161107.pdf>>. Acesso em 4 mar. 2021.

SILVA, A. B. da.; BRITO, J. M. de. **Percepção dos gestores sobre acessibilidade de pessoas em cadeira de rodas nas escolas municipais no município de Algodão de Jandaíra-PB**. II Congresso Internacional de Educação Inclusiva CINTED 2015. Disponível em <<http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/23196>>. Acesso em 4 mar. 2021.

SILVA, M. A. da. **Educação inclusiva dos cadeirantes: Um estudo de caso em uma Escola de Igarapé-Açu** 2015. Disponível em <<http://bdta.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/501/3/EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA%20DOS%20CADEIRANTES.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2021.

SILVA, C. H. R. **Teoria das Incapacidades**. [online]. 2008. Disponível em: <<http://www.ribeirodasilva.pro.br/teoriadasincapacidades.html>> Acesso em: 10 out. 2019.

SILVA, P. P. D. da.; SILVEIRA, C. S. **Engenharia de Produto: Desenvolvimento de prancha de Stand Up Paddle para cadeirantes, um olhar para acessibilidade**. 1º Congresso Internacional de Ergonomia Aplicada. CONAERG. 2016 Disponível em <<http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/engineeringproceedings/conaerg2016/7546.pdf>>. Acesso em 20 fev.2021.

SILVA, A. **educação inclusiva dos cadeirantes** Um estudo de caso em uma Escola de Igarapé-Açu. Universidade Federal Rural da Amazônia / PARFOR, 2015, 36 fl. Disponível em <<http://bdta.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/501/3/EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA%20DOS%20CADEIRANTES.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2021.

SLOBOJA, R. **A acessibilidade e a inclusão social de deficientes físicos (cadeirantes) nas escolas público-estaduais de Goioerê**: superando as barreiras na educação. Monografia, Cursos de Pós-Graduação Especialização Em Ensino De Ciências Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Medianeira. 2014. Disponível em <[http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/21775/2/MD\\_ENSCIE\\_IV\\_2014\\_86.pdf](http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/21775/2/MD_ENSCIE_IV_2014_86.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2021

SOARES, E.M. **Formação de professores e inclusão escolar de pessoas com deficiência: análise de resumos de artigos na base SciELO**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de professores. 33 fls.2010. Disponível em <[ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/EMS.2.2010.pdf](http://ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/EMS.2.2010.pdf)>. Acesso em 20 jan. 2021.

SOUSA, L. O. **A Inclusão Escolar no Contexto da Educação Infantil**. 2012. Disponível em <<http://revista.fundacaoaprender.org.br/?p=88> />. Acesso em 03 mar. 2021.

SOUZA, J. V. S. de.; SANTOS, T. P. J. de.; SQUARCINI, C. F. R. “Escola e acessibilidade espacial: investigando a realidade para as aulas de Educação Física”. *Motrivivência*, (Florianópolis), v. 32, n. 63, p. 01-19, julho/dezembro, 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/76232>>. Acesso em 2 fev. 2021.

TAGLIARI, C.; TRÊS, F.; OLIVEIRA, S. G. de. “Análise da acessibilidade dos portadores de deficiência física nas escolas da rede pública de Passo Fundo e o papel do fisioterapeuta no ambiente escolar”. **Revista Neurociências**, v. 1; n. 1, 2006, p. 10-14.

TORRES, E. F.; MAZZONI, A. A.; ALVES, J. B. M. “A acessibilidade à informação no espaço digital”. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 83-91, 2002.

WILSON, M. Crianças com Deficiências Físicas e Neurológicas. In: Dunn, L.M. **Crianças Excepcionais - Seus Problemas, Sua Educação**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A., 1000071 (pp. 346-361).

WORLD, Health Organization – WHO. **Disability and health**. 2010. Fact sheet on wheelchairs. Disponível em <[http://www.scaro.who.int/entity/disabilities\\_injury\\_rehabilitations/wheelcheet.pdf](http://www.scaro.who.int/entity/disabilities_injury_rehabilitations/wheelcheet.pdf)> Acesso em 02 out. 2020.

WORLD, Health Organization – WHO. **Disability and health**. 2018. Disponível em <<http://www.scaro.who.int/mediacontre/fastsheets/fs352/en/>>. Acesso em 02 out. 2022.

## ANEXO A - PARECER COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA COEPS



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM PARA DOCENTES APLICADOS A INCLUSÃO DO ENSINO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD)

**Pesquisador:** KARLA RABELO DE OLIVEIRA PORTUGAL

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 25789019.0.0000.5237

**Instituição Proponente:** FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.749.174

#### Apresentação do Projeto:

A pesquisa classifica-se como uma pesquisa de campo de abordagem descritiva e exploratória. A presente pesquisa também irá se valer de uma pesquisa bibliográfica e documental para levantamento de dados secundários, devendo-se considerar dados demográficos de pessoas com deficiência no Brasil; dados estatísticos de matrículas e conclusão da Educação Básica por pessoas com deficiência. Serão sujeitos desta pesquisa 20 professores de duas escolas de educação básica em atividade atuantes no Brasil que aceitem participar desta pesquisa.

#### Objetivo da Pesquisa:

Desenvolver um manual eletrônico para docentes da educação básica com vistas ao acesso a produtos aplicados ao ensino de pessoas com deficiência (PcD).

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

##### Riscos:

Os possíveis riscos podem ser enumerados como: invasão de privacidade; discriminação e estigmatização; partir do conteúdo revelado; constrangimento do observado perante o observador durante o procedimento de coleta de dados. Ainda pode ocorrer a perda das informações escritas bem como dados de identificação dos participantes com a perda destes documentos, além de utilização do seu tempo ao responder a entrevista.

Endereço: Avenida Paulo Ezequiel Alves Abrantes, nº 1325  
 Bairro: Prêdio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços CEP: 27.240-560  
 UF: RJ Município: VOLTA REDONDA  
 Telefone: (24)3340-8400 Fax: (24)3340-8404 E-mail: coeps@foa.org.br



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE  
VOLTA REDONDA -  
UNIFOA/FUNDAÇÃO  
OSWALDO ARANHA



Continuação do Parecer: 3.749.174

Contudo o pesquisador firma o compromisso ético de cumprir o que está estabelecido na Resolução do Conselho Nacional de Saúde no 466/12 respeitando as atitudes e habilidades do observado, se colocará à disposição para questionamentos sobre qualquer situação apresentada visando minimizar tais riscos, seus dados serão mantidos em sigilo, sem que haja possibilidade de identificação, bem como a entrevista acontecerá em um local privado, para que possa transcorrer sem interrupções, inclusive no horário que o participante da pesquisa considerar mais adequado.

**Benefícios:**

Como benefício, a pesquisa possibilitará uma melhoria do processo de ensino a pessoas com deficiência na educação básica brasileira, isso porque a partir do manual eletrônico a ser desenvolvido pretende-se que os professores sintam-se mais preparados para lidar com esses alunos, tornando o processo de inclusão escolar mais efetivo.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa relevante e bem estruturada.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Termo correto.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

não há.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Apresentar ao CoEPS, via Plataforma Brasil, relatórios parcial e final do estudo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	FOLHA_DE_ROSTO_KARLA_RABELO_ASSINADA.pdf	04/12/2019 11:56:21	Walter Luiz Moraes Sampaio da Fonseca	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1452152.pdf	31/10/2019 17:49:49		Aceito
Outros	ENTREVISTA.pdf	31/10/2019 17:47:01	KARLA RABELO DE OLIVEIRA PORTUGAL	Aceito
Outros	ANUENCIA_FAETEC.pdf	31/10/2019 17:46:43	KARLA RABELO DE OLIVEIRA PORTUGAL	Aceito
Outros	Pedido_de_autorizacao_Escola.pdf	31/10/2019	KARLA RABELO DE	Aceito

Endereço: Avenida Paulo Ezequiel Alves Abranches, nº 1325

Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços CEP: 27.240-560

UF: RJ Município: VOLTA REDONDA

Telefone: (24)3340-8400

Fax: (24)3340-8404

E-mail: coeps@foa.org.br



Continuação do Parecer 3.749/174

Contudo o pesquisador firma o compromisso ético de cumprir o que está estabelecido na Resolução do Conselho Nacional de Saúde no 466/12 respeitando as atitudes e habilidades do observado, se colocará à disposição para questionamentos sobre qualquer situação apresentada visando minimizar tais riscos, seus dados serão mantidos em sigilo, sem que haja possibilidade de identificação, bem como a entrevista acontecerá em um local privado, para que possa transcorrer sem interrupções, inclusive no horário que o participante da pesquisa considerar mais adequado.

**Benefícios:**

Como benefício, a pesquisa possibilitará uma melhoria do processo de ensino a pessoas com deficiência na educação básica brasileira, isso porque a partir do manual eletrônico a ser desenvolvido pretende-se que os professores sintam-se mais preparados para lidar com esses alunos, tornando o processo de inclusão escolar mais efetivo.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa relevante e bem estruturada.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Termo correto.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

não há.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Apresentar ao CoEPS, via Plataforma Brasil, relatórios parcial e final do estudo.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	FOLHA_DE_ROSTO_KARLA_RABELO_ASSINADA.pdf	04/12/2019 11:56:21	Walter Luiz Moraes Sampaio da Fonseca	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1452152.pdf	31/10/2019 17:49:49		Aceito
Outros	ENTREVISTA.pdf	31/10/2019 17:47:01	KARLA RABELO DE OLIVEIRA PORTUGAL	Aceito
Outros	ANUENCIA_FAETEC.pdf	31/10/2019 17:46:43	KARLA RABELO DE OLIVEIRA PORTUGAL	Aceito
Outros	Pedido_de_autorizacao_Escola.pdf	31/10/2019	KARLA RABELO DE	Aceito

Endereço: Avenida Paulo Eraldo Alves Abrantes, nº 1325  
 Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços CEP: 27.240-560  
 UF: RJ Município: VOLTA REDONDA  
 Telefone: (24)3340-8400 Fax: (24)3340-8604 E-mail: coeps@foa.org.br



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE  
VOLTA REDONDA -  
UNIFOA/FUNDAÇÃO  
OSWALDO ARANHA



Continuação do Parecer: 3.748.174

Outros	Pedido_de_autorizacao_Escola.pdf	17:44:41	OLIVEIRA PORTUGAL	Aceito
Outros	Carta_Ciencia_Assinada_Orientador.pdf	31/10/2019 17:44:00	KARLA RABELO DE OLIVEIRA PORTUGAL	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_KARLA_atualizado.doc	31/10/2019 17:43:37	KARLA RABELO DE OLIVEIRA PORTUGAL	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PB_KARLA_31_de_Outubro.doc	31/10/2019 17:43:24	KARLA RABELO DE OLIVEIRA PORTUGAL	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	31/10/2019 17:43:10	KARLA RABELO DE OLIVEIRA PORTUGAL	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

VOLTA REDONDA, 06 de Dezembro de 2019

Assinado por:

Walter Luiz Moraes Sampaio da Fonseca  
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Paulo Euter Alves Abrantes, nº 1325  
Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços CEP: 27.240-560  
UF: RJ Município: VOLTA REDONDA  
Telefone: (24)3340-8400 Fax: (24)3340-8404 E-mail: conep@foa.org.br

## ANEXO B - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO



## PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

Venho por meio deste, solicitar autorização para a realização da pesquisa: **“Acolhimento do Discente Cadeirante na Escola”** sob minha responsabilidade conforme folha de rosto para apresentação ao Comitê de Ética em Pesquisa, na empresa **FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA**, CNPJ: 32.504.995/0001-14 O objetivo é subsidiar pesquisa prática para fundamentação de produto do mestrado profissional em Ensino de Ciências da Saúde e Meio Ambiente.

A coleta de dados será realizada pela aluna: **Karla Rabelo de Oliveira Portugal** e será feita através de entrevista semiestruturada.

Atenciosamente,

Karla Rabelo de Oliveira Portugal

Pesquisadora Responsável

De acordo em 28 / 08 /2020.

Profª Maria Cristina Tomim de Castro  
Proreitora Acadêmica  
UniFOA

(Nome, cargo / carimbo)



## PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

Venho por meio deste, solicitar autorização para a realização da pesquisa: **“Acolhimento do Discente Cadeirante na Escola”**, sob minha responsabilidade, conforme folha de rosto para apresentação ao Comitê de Ética em Pesquisa, na **Escola Técnica Amaury César Vieira**, CNPJ 31608763/0001-43. O objetivo é subsidiar pesquisa prática para fundamentação de produto do mestrado profissional em Ensino de Ciências da Saúde e Meio Ambiente.

A coleta de dados será realizada pela aluna: **Karla Rabelo de Oliveira Portugal** e será feita através de entrevista semiestruturada.

Atenciosamente,

Karla Rabelo de Oliveira Portugal  
Pesquisadora Responsável

De acordo em 24 / 08 /2020

Paulo Eduardo Oliveira Gimenez  
Diretor Geral – FAETEC VR  
ETE Amaury Cesar Vieira  
ID:576578-1

(Nome, cargo / carimbo)

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Prezado participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “ACOLHIMENTO DO DISCENTE CADEIRANTE NA ESCOLA ” desenvolvida por Karla Rabelo de Oliveira Portugal, discente do Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente da Fundação Oswaldo Aranha - Centro Universitário de Volta Redonda, Comitê de Ética em Pesquisa: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - Prédio 3, sala 5.Campus Olézio Galotti: Av. Paulo Erlei Alves Abrantes nº 1325, Três Poços Volta Redonda/RJ-Cep:27240-560, Telefone: (24)3340-8400 –Ramal 8571. E-mail: [coeps@foa.org.br](mailto:coeps@foa.org.br). Sob orientação do Professor/Doutor Adilson Pereira.

O objetivo central do estudo é desenvolver um Guia de Orientação para docentes e profissionais da educação com vistas ao acolhimento de pessoas com deficiência (PcD), particularmente os P.C.R., discentes cadeirantes no ambiente escolar.

O convite a sua participação se deve ao fato de ser pedagogo (a) na escola em atividade no Brasil, que tenha experienciado pelo menos uma vez em sua trajetória o acolhimento para pessoas com deficiência e que aceitou participar do estudo assinando o termo TCLE.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro.

A sua participação consistirá em responder a uma entrevista semiestruturada, para responder conforme sua disponibilidade. Esta entrevista ficará salva para posterior transcrição e análise, tendo somente fins acadêmicos. Os dados serão analisados e divulgados, mantendo-se o anonimato dos participantes, ou seja, seu nome não será divulgado em hipótese alguma.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 e orientações do CEP/ENSP.

O benefício (direto ou indireto) relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de possibilitar melhoria do processo de acolhimento a pessoas com deficiência na Educação Básica brasileira, particularmente o discente cadeirante, isso porque a partir do Guia de Orientação desenvolvido pretende-se que os professores e profissionais da educação sintam-se mais preparados para lidar com esses discentes, tornando o processo de inclusão escolar mais efetivo. Este procedimento incorre em riscos como: invasão de privacidade; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; constrangimento do entrevistado perante o entrevistador durante o procedimento de coleta de dados. Ainda pode ocorrer a perda das informações escritas bem como dados de identificação dos participantes com a perda destes documentos, além de utilização do seu tempo ao responder a entrevista.

Contudo o pesquisador firma o compromisso ético de cumprir o que está estabelecido na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/12 respeitando as atitudes e habilidades do observado, se colocará à disposição para questionamentos sobre qualquer situação apresentada visando minimizar tais riscos, seus dados serão mantidos em sigilo, sem que haja possibilidade de identificação, bem como a entrevista acontecerá em um local privado, para que possa transcorrer sem interrupções, inclusive no horário que o participante da pesquisa considerar mais adequado.

Os resultados serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os participantes, artigos científicos e na Dissertação de Mestrado resultante desta pesquisa.

Eu li e compreendi este Termo de Consentimento; portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa.

Volta Redonda, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do participante)

Eu, \_\_\_\_\_  
obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do participante da pesquisa.

---

(Assinatura do membro da equipe que apresentar o TCLE)

---

Karla Rabelo de Oliveira Portugal / Pesquisadora responsável

O projeto da presente pesquisa teve seus aspectos técnicos, acadêmicos e éticos previamente examinado.

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA – ENSINO MÉDIO**

1. Fale sobre sua formação e percurso profissional;
2. O Sr(a) Já trabalhou com discentes cadeirantes?
3. Em relação a elaboração de um Guia de Orientação para o acolhimento do discente cadeirante, como você avalia essa iniciativa?
4. Na escola que o Sr (a) atua,quando a família do discente cadeirante precisa fazer alguma reclamação ou tratar de algum assunto relacionado ao filho cadeirante, quem ele precisa procurar ?
5. No setor que atua na escola, faz algo além do que a Legislação pede ?
6. Baseado na sua experiência, como o Sr(a) avalia os docentes frente à acolhida dos discentes cadeirantes?
7. Há alguma ferramenta pedagógica, e/ou alguma técnica específica para discentes cadeirantes na escola que o Sr(a) atua?
8. O que o Sr(a) percebeu do produto de ensino em forma de Guia de boas práticas de orientação ?
9. O Sr (a) acha que o orientador(a) educacional pode aprender a aprimorar o acolhimento do discente cadeirante na escola ?

**APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA – ENSINO SUPERIOR**

10. Qual a formação da Senhora?
11. A Sra. possui experiência com discentes cadeirantes?
12. Tendo por base a elaboração de um Guia que possibilite desenvolver competências relativas ao acolhimento do discente cadeirante, como você avalia essa iniciativa?
13. Baseando-se em sua experiência profissional, o número de alunos cadeirantes matriculados teve algum aumento?
14. Na sua opinião, como se dá o processo de encaminhamento das reclamações mediante a detecção de fragilidades relativas ao acolhimento do discente cadeirante?
15. O setor em que atua se limita a cumprir a legislação vigente, ou promove algo mais além, referente ao acolhimento de Pessoas com Deficiência - PcD?
16. Como você avalia a atuação dos docentes face à acolhida do discente cadeirante?
17. Há algum implemento de ferramenta pedagógica específica para discentes cadeirantes? Quais?
18. Como você avalia a relação de discentes cadeirantes com os demais discentes nos cursos oferecidos pela instituição?
19. O que você acredita que deveria constar no Guia tendo por base ensinar o acolhimento do discente cadeirante?
20. Como se dá a orientação/capacitação e o acompanhamento dos docentes em relação à acolhida ao aluno cadeirante?